



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) – Havendo número regimental, está aberta a 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional realiza junto com as Comissões de Finanças e Tributação, Economia, Indústria e Comércio, e Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, e com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 9º, § 5º, ouviremos o Presidente do Banco Central, Dr. Arminio Fraga, a quem convido para compor a Mesa. Convido também o Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, Deputado Marcos Cintra, e o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, também da Câmara dos Deputados, Deputado Wellington Dias. Todos já estão presentes. Estamos aguardando os demais Presidentes das Comissões citadas, que já estão a caminho.

É errado começarmos as reuniões sempre com atraso. Quando tentamos começar no horário, acontece isso.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Temos de restabelecer certos hábitos do passado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) – A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 9º, § 5º, refere-se à avaliação do impacto e



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dos custos fiscais decorrentes das políticas monetária, creditícia e cambial relativas ao balanço do ano de 2000.

De acordo com o estabelecido no art. 255, § 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Ministro disporá de vinte minutos para sua exposição, não podendo ser aparteado. Quando findar seu tempo, questionarei S.Exa. sobre a necessidade de mais tempo.

Conforme estipulado também no art. 255, § 5º do nosso Regimento, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica no mesmo prazo.

Vamos iniciar com este Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional. Depois passaremos a direção dos trabalhos aos Presidentes das demais Comissões, também responsáveis por esta audiência, sem norma definida, de maneira que todos possam participar desta Presidência.

Serão autorizadas as inscrições, inicialmente, dos membros das Comissões participantes e, em havendo tempo, será concedido prazo a outros Parlamentares.

**O SR. DEPUTADO MARCOS CINTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO MARCOS CINTRA** – Sr. Presidente, parabênizo V.Exa. pela organização desta audiência pública e lhe peço que presida a sessão durante



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

todo seu andamento, em função não apenas dessa iniciativa, mas também da temática que será abordada.

De modo que, de parte da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, dispensamos plenamente o rodízio, solicitando encarecidamente a V.Exa. que permaneça à frente desta Presidência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) – Agradeço ao Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara, mas me sentirei muito honrado se puder, durante certo tempo, também participar da reunião presidida pelos Srs. Presidentes das Comissões.

No ano passado, essa iniciativa se deu pelo Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara; neste, a iniciativa foi nossa. Não há, portanto, nenhuma diferença em relação a qualquer dos Presidentes. O Deputado Michel Temer está aqui conosco, como Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

Vamos iniciar, então, com o Dr. Arminio Fraga, Presidente do Banco Central.

Quero apenas lembrar que a lista de inscrição já se encontra com a Secretária. Aqueles que desejam se inscrever por favor o façam, de preferência, até o final da exposição do Dr. Arminio Fraga, porque num certo momento teremos de encerrar a lista.

Com a palavra o Dr. Arminio Fraga.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. ARMINIO FRAGA – Primeiramente, quero agradecer aos Presidentes das Comissões que hoje me recebem aqui — Deputados Alberto Goldman, Michel Temer, Wellington Dias, Marcos Cintra — e aos demais Parlamentares presentes.

Esta reunião é a segunda da rotina de reuniões semi-anuais de prestação de contas do Banco Central, seguindo o comando da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não vou alongar-me. Repetindo o que disse aqui quando da primeira reunião, quero apenas registrar, mais uma vez, que me sinto honrado em fazer parte daquilo que, tenho certeza, representa o início de uma tradição muito saudável de transparência e de respeito às instituições do País.

Sem mais delongas, passo à minha apresentação, que será breve. Evidentemente, coloco-me à disposição para esclarecimentos aos questionamentos que virão.

Vou utilizar o artifício das transparências.

Dividirei minha apresentação em três blocos. O primeiro deles trata da evolução recente da economia brasileira. Depois, falarei dos pontos mais específicos, que dizem respeito ao próprio art. 9º, inciso V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece que o Banco Central apresentará, em reunião conjunta das Comissões, uma avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia, cambial etc.

*(Apresentação de transparências.)*



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Começando com um quadro macro e tendo como pano de fundo algo que foge ao momento conjuntural bastante rico, podemos dizer que conquistamos — não me canso de repetir isso, com toda confiança —, devido em grande parte ao trabalho desenvolvido pelo Congresso, condições de administrar nosso próprio destino macroeconômico.

Nos últimos anos, vivemos um processo de estabilidade da inflação. Fizemos a transição para um regime de taxa de câmbio flutuante, que hoje se tem mostrado mais útil do que nunca. O Brasil tem passado por momentos extremamente difíceis na conjuntura internacional, mas de maneira diferenciada do que foi, no passado, o comportamento da nossa economia em condições de choque. Temos um balanço de pagamentos com um novo perfil de financiamento, compatível com uma economia que aumenta sua taxa de investimento. Voltarei a esse tema da conjuntura econômica mais adiante, porque creio ser importante.

Avançamos imensamente em todas as frentes referentes à área fiscal. Não é preciso repetir o que todos conhecem bem. A consequência final, que era o nosso objetivo, foi que realmente agora podemos olhar para o futuro com toda a expectativa de retomar uma trajetória não só de crescimento, mas de desenvolvimento, entendido da forma mais ampla possível.

Trouxe algumas tabelas apenas para exemplificar pontos que creio serem do maior interesse. A trajetória da taxa de inflação não deixa margem de dúvida. Conquistamos arduamente a volta a taxas de inflação baixas, algo que não víamos há muito tempo em nosso País. Foi a grande conquista do Plano Real, de



## **CONGRESSO NACIONAL**

### **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

certa forma ameaçada pela crise do início de 1999. Mas, hoje, podemos dizer que o risco maior foi efetivamente administrado e as expectativas de inflação encontram-se muito próximas da nossa meta de 4% para este ano.

Temos consciência de que esse é um trabalho de médio e longo prazo, um objetivo de proteção social. Em última instância, a inflação é um bem público. Recebemos a incumbência de zelar pela preservação desse espaço de segurança e de previsibilidade, e estamos empenhados nisso. O recente ajuste da taxa de juros foi um passo nessa direção, um sinal que deve ser entendido num contexto mais amplo de um Banco Central que cumpre sua missão.

Tenho a mais absoluta confiança de que, na medida em que se consolide esse sistema de metas para inflação com taxas de câmbio flutuante, diminuirá em grande parte a incerteza que nos assolou durante muitos anos. Pode parecer paradoxal, no momento em que o Banco Central acaba de fazer um ajuste na taxa de juros, mas ela será, a médio e longo prazo, a mais baixa possível. Creio que nossos fundamentos permitem esse tipo de expectativa, em que pese a um momento conjuntural pouco favorável.

Conforme as características desse sistema, a taxa de câmbio vem flutuando. Ela passou por um processo de depreciação nos últimos meses, que teve origens internas e externas. As origens internas são positivas numa economia vibrante, que vem exibindo um padrão de crescimento saudável — não visto há muitos anos —, liderado pelo investimento, pelas exportações e pela geração de emprego. É algo que realmente nos traz alegria.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A taxa de câmbio, no entanto, espelha também a conjuntura internacional. Como os senhores sabem, vivemos momento de incerteza no mercado americano. A Bolsa americana vem caindo há vários meses. Esta semana, até o momento — ainda estamos na quarta-feira —, tem sido difícil.

Também temos tido tensões na nossa vizinhança, com a Argentina lutando para recuperar uma trajetória de crescimento e, na nossa visão, posicionando-se bem para enfrentar esse desafio. Mas, de qualquer forma, foram fatores que nos afetaram. Como disse anteriormente, alguns são positivos, como a força da nossa própria economia, outros nem tanto, de natureza mais externa do que interna.

De qualquer maneira, temos hoje um balanço de pagamentos que tem as características que gostaríamos de ver. Ou seja, ele é um balanço com capitais quase integralmente de longo prazo. Não estamos correndo risco de financiar nosso projeto de desenvolvimento com capital de curto prazo. Trata-se de um risco que realmente temos de evitar, e temos conseguido evitá-lo.

O balanço de pagamentos exhibe um déficit em conta corrente que caiu de 34 bilhões para cerca de 26 bilhões, e mantém-se nesse nível mesmo diante da aceleração do crescimento. Ao mesmo tempo, observamos, com o aumento na taxa de investimento, sinais de eficiência e de produtividade, que, na minha visão, farão com que esse déficit caia gradualmente, ao longo do tempo.

A situação é bastante diferente das que vivemos no passado no Brasil e também de momentos difíceis ocorridos em outros países. Na minha experiência pré-Banco Central, vivi muitos desses casos de crise financeira internacional.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Essas crises caracterizavam-se por regimes de câmbio administrado, que não temos; financiamento com déficit em conta corrente crescente, em geral, mesmo durante o período de recessão — o nosso caso é o oposto, um déficit estável no momento de aceleração do crescimento; um déficit financiado por capital de curto prazo, que não é o nosso caso, que tinha como correspondência o aumento no consumo. No Brasil, não; temos aumento no investimento. Ou seja, é um quadro bastante bom. É um déficit que está financiando o investimento com capital de longo prazo.

Tenho, portanto, uma visão tranqüila do nosso balanço de pagamentos, e convicção de que a turbulência, hoje um fato no mercado — não podemos tapar o sol com a peneira —, é algo passageiro.

*(Apresentação de transparências.)*

Passamos, agora, ao investimento direto. Trago, outra vez, a transparência que mostra a relação do investimento direto com o nosso déficit em conta corrente. Hoje, vejo o quadro com bastante tranqüilidade.

Existem algumas expectativas excessivamente pessimistas com relação ao investimento deste ano. Nós mesmos projetamos uma queda no investimento direto, talvez por conservadorismo, por dever de ofício, de 30 bilhões para cerca de 24 bilhões. Trata-se de número factível. No mês de fevereiro, ele havia sido desacelerado, mas, em março, já observamos um valor ligeiramente superior a 2 bilhões. O investimento direto vem em ondas, e, às vezes, em projetos grandes.





## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ele não ocorre de forma uniforme ao longo do ano, de maneira que também vejo essa situação com olhar positivo.

Na área fiscal, não é necessário repetir o resultado que temos tido condições de obter, em grande parte, graças ao trabalho desenvolvido nesta Casa. Mas vale a pena registrar que aquilo que eu disse no início é mais válido do que nunca. Hoje, temos condições de decidir nosso próprio destino de maneira responsável e transparente. Isso não é só positivo do ponto de vista econômico, mas é também um avanço político, na medida em que o Congresso Nacional pode discutir a peça do Orçamento — talvez o Deputado Alberto Goldman conheça-na melhor do que ninguém, pelo seu trabalho —, que, agora sim, cumpre papel político de alocação de recursos, **escassos** numa sociedade, num ambiente democrático.

Há uma tabela sobre a trajetória da dívida líquida do setor público. Como os senhores podem ver, ela demonstra que o resultado desse esforço não tem sido em vão. Ela apresenta sinais de declínio gradual, estabilidade com declínio, a médio e longo prazo, o que tem contribuído para reduzir o prêmio de risco que o País paga, com benefícios diretos para a taxa de crescimento e o bem-estar da sociedade em geral.

Destaco também o que vem acontecendo com o prazo da nossa dívida. É um dado nem sempre apresentado com cuidado. Aqui temos o prazo médio da dívida pública federal, em poder do público, em meses. O que se nota é uma



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

trajetória de crescimento desse prazo, o que também contribui para reduzir a incerteza e os juros, dando-nos mais tranquilidade.

Com base nesses dados, verificamos que, no ano passado, após as revisões mais recentes do IBGE, tivemos um crescimento do PIB de 4,5% e estamos, portanto, em condições, na minha leitura, de sonhar mais uma vez com um período como foi o das décadas de 60 e principalmente de 70, de crescimento sustentado do PIB **per capita** no Brasil. Espero trazer essa tabela daqui a seis meses, se for convidado a esta Comissão, e mostrar mais um “tiquizinho” para cima. Creio que estamos trabalhando nessa direção.

O outro aspecto que desejo destacar, antes de me dedicar ao tema mais especializado da política monetária e creditícia, é a questão da produtividade. Tenho aqui apenas um gráfico sobre a produtividade industrial, mas o tema vai além da produtividade na indústria, como, por exemplo, no agronegócio no Brasil, hoje espantoso. Temos hoje um sinal muito claro de que o País avança não só porque conseguiu colocar seu lado macroeconômico nos trilhos, mas também porque tem tido benefícios de produtividade significativos.

A produtividade espelha uma série de reformas que vêm sendo feitas ao longo dos anos, que incluem, a meu ver, no topo da lista, um esforço na área de educação, mas vai muito além disso. Hoje, temos condições de pensar uma taxa de produtividade — não na indústria, mas na economia em geral — de 1,5% ao ano, o que representa mais um sinal de que nosso crescimento é sustentável. O



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que precisamos fazer é complementar essa virada de produtividade com o esforço para aumentar nossa taxa de poupança, algo que vejo também em andamento.

Passando agora para as políticas monetária, creditícia e cambial, repito o que disse antes: temos procurado concentrar nossos esforços na política monetária para a consolidação do regime de metas para a inflação, que trabalha associado a um sistema de câmbio flutuante. Não é possível controlar, ao mesmo tempo, a taxa de juros e a taxa de câmbio. Isso representa uma importante mudança, que tem tudo a ver com o Brasil. Somos um País de dimensões continentais e não somos parte de nenhuma área monetária de outros países. Temos, portanto, de administrar nossa própria moeda. Em fazendo isso, nós nos beneficiaremos do grau de flexibilidade que o regime de taxas de câmbio flutuante nos oferece.

As metas de inflação têm sido cumpridas. Nós, no ano passado, tivemos como meta 6%, cumprida quase de forma exata. Essa precisão não deve ser vista como nenhuma mágica, mas foi algo que nos agradou bastante. Neste ano, também vemos sinais de que caminhamos para o cumprimento da nossa meta de 4%.

Do lado da política creditícia, nosso trabalho tem-se caracterizado por uma filosofia de aumentar, ao mesmo tempo, a segurança e a eficiência do nosso sistema. É uma política, portanto, de desregulamentação prudente, que tem também gerado resultados iniciais bastante auspiciosos. Fomos beneficiados,



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

evidentemente, pela redução na taxa básica de juros da economia, a SELIC, que chegou a 45% há dois anos e hoje está em 15,75%.

Além disso, por meio de esforço que seria ocioso repetir aqui — já tive oportunidade de discutir o tema no passado —, mas que engloba reduções de depósitos compulsórios, aperfeiçoamentos legais, um trabalho de aumento da concorrência, de melhoria nos sistemas de controle de risco etc., também temos conseguido um resultado inicial positivo, para reduzir não só a taxa de juros básica, que depende mais das questões macro, mas também a taxa de juros na ponta, que depende da intermediação financeira e dos elementos que acabo de discutir.

Um ponto que é motivo de orgulho para a nossa equipe no Banco Central é o esforço que temos feito para capilarizar o crédito no Brasil, fazendo com que ele chegue mais à conta daqueles que necessitam.

Esse esforço tem vários subprojetos em andamento, dos quais destaco o trabalho feito na área das cooperativas e a introdução da figura do correspondente bancário. O trabalho da Caixa Econômica com as lotéricas é um bom exemplo do resultado que se pode obter nessa área, levando serviços bancários onde eles não existiam, facilitando o atendimento ao público. Há também esforços na área do microcrédito, ao meu ver uma fronteira muito positiva, que também devemos explorar no Brasil.

Os resultados, em termos de taxa, estão aí. Podemos passar direto ao gráfico da pág. 21, onde a linha amarela mostra o crescimento do volume de



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

crédito. Chamo a atenção apenas para o fato de que houve uma descontinuidade na série. Mesmo se relevarmos esse ponto, com indica a flecha, há um forte crescimento da oferta de crédito na economia, acompanhado de importante queda na diferença entre a taxa de juros paga nos empréstimos e a taxa básica, chamada no jargão de **spread** bancário.

Apresentei esse gráfico há seis meses, ele já é conhecido. Tivemos um pequeno aumento desde a última avaliação, mas tenho certeza de que isso representa apenas um soluço, numa trajetória de queda inequívoca.

Passando, agora, ao último bloco da minha apresentação, quero falar um pouco sobre os resultados do Banco Central. Começo com a tabela que decompõe o resultado do semestre, positivo em aproximadamente 1,3 bilhões de reais. Se houver interesse, posso depois discutir cada um desses números ou entregar cópia da tabela.

De maneira simplificada, as operações com títulos foram fonte de pequeno prejuízo, porque temos mais passivo do que ativo — essa é basicamente a razão. O Banco Central tem títulos do Tesouro no seu ativo e emite seus próprios títulos no passivo; então, o passivo é um pouco maior do que o ativo.

Na área externa, o resultado diz respeito às reservas cambiais. O título “Operações Reais Externas” refere-se a itens do nosso balanço em moeda estrangeira, que, por definição, tendem a dar resultado positivo. As operações com o Tesouro são, essencialmente, a Conta Única do Tesouro, juros que pagamos pelo depósito do Tesouro, seguindo a lei.



## **CONGRESSO NACIONAL**

### **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

As operações na área bancária, de 500 milhões, repetem, mais ou menos, o resultado do passado. Temos um crédito importante ligado ao PROER, com uma instituição federal. As operações com instituições em regime especial são aquelas que exibi aqui quando da primeira apresentação do nosso balanço aberto em detalhe.

Temos, ainda no Banco Central, a administração de uma massa de instituições que quebraram. Essa massa foi reavaliada e fizemos provisões de acordo com a nossa expectativa de recuperação desses créditos. São dados que fazem parte do balanço do Banco Central. O que temos, agora, é a expectativa de um ganho semestral, na medida em que foi feita uma reavaliação e esses ativos, agora, estão se valorizando gradualmente — esse é o item que aí está. Os demais são menores e posso entrar em detalhe depois.

Temos tabela que foi apresentada na outra vez, sobre valores não recorrentes do nosso resultado. Embora, neste ano, o resultado líquido de itens não recorrentes tenha sido pequeno, achei que valia a pena manter essa tabela, porque às vezes podem surgir itens que merecem destaque.

No caso, a atualização de juros do FCVS foi um item grande. Ela ocorreu porque contabilizávamos de maneira conservadora a nossa carteira com a taxa mais baixa, de 3%. Pedimos à Caixa que fizesse um levantamento e esse foi o ajuste positivo.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Fizemos alteração nos índices de taxa de desconto dos itens que avaliamos a mercado no nosso balanço, e o resultado está espelhado aí. Os outros itens são menores, gerando um pequeno resultado não recorrente de 250 milhões.

Aqui temos um gráfico histórico do Banco Central.

Quero concluir com dois pontos: um diz respeito ao destino do resultado do Banco Central e o outro são alguns comentários que desejo tecer sobre a auditoria externa independente. Foi a primeira vez que fizemos nesse semestre. Foi um trabalho bastante proveitoso e gostaria de também rapidamente comentar o tema.

Diz a Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme apresentado na transparência — de conhecimento dos senhores, obviamente, que a aprovaram — , que temos que transferir o nosso resultado, se positivo, e, se negativo, temos uma recapitalização com dotação orçamentária do Tesouro.

Neste ano, o resultado positivo vai gerar uma transferência, ao Tesouro, do número apurado. Na tabela da pág. 28, temos o resultado, destacando-se uma constituição de reserva, dentro do que permite a lei, de 25% para contingências, que vêm intuitivamente como adiantamento para o que será um ajuste definitivo, vamos dizer assim, do balanço do Banco Central, quando vamos também parar de emitir títulos, dando cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal. Como os senhores sabem, o Banco Central só emitirá títulos até se completarem dois anos da promulgação dessa lei e, depois, deixará de fazê-lo. Nesse momento, já teremos feito essa pequena reserva, que será um ajuste necessário do balanço do



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Banco Central. Enfim, o resultado será uma transferência de 1,08 milhão para o Tesouro.

O segundo e último ponto da minha exposição diz respeito à auditoria das demonstrações contábeis do Banco Central, que fez licitação e contratou auditor externo independente. Este nos deu parecer publicado no nosso balanço, com duas ressalvas que passo a discutir e que são objeto de resposta detalhada também por parte do Banco Central.

Os dois pontos são relativamente simples. O primeiro, objeto de ressalva da auditoria externa, diz respeito ao fato de que eles não foram contratados para auditar cada balanço em liquidação do Banco Central. Em função disso, eles fizeram um registro e, embora tenhamos confiança no processo de auditoria interna que temos efetuado com relação a essas liquidações, a nossa idéia é, para os casos maiores, como os Bancos Nacional, Bamerindus e Econômico, contratar auditoria externa também no próximo período e, com isso, resolver essa pequena pendência.

O segundo é uma pendência que diz respeito a aposentadorias pagas pelo Banco Central aos seus servidores em regime de EJU, sem ser regime de capitalização, que hoje representa uma nova política de Governo, inclusive de fazer o cálculo do valor presente atuarial desse fluxo. Não era a política até então, porque a questão estava em regime de fase e, na nossa visão, não era razoável que fosse feito assim. De qualquer forma, vamos calcular o valor presente desse





## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fluxo de pagamentos. É um ponto também relativamente simples, discutido em detalhes na nota explicativa ao nosso balanço.

O resultado da auditoria externa, a meu ver, foi muito proveitoso. Tivemos um período muito interessante de discussões profundas sobre cada item do nosso balanço. Esse era o nosso objetivo, e, na verdade, vejo essas duas notas como sinal de que o trabalho foi sério. Não vejo nenhuma dificuldade em corrigi-los, mas acho que vale a pena registrar o ocorrido.

Isso completa minha breve apresentação. Coloco-me à disposição dos senhores para responder a perguntas, conforme combinado inicialmente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) – Temos uma série de Deputados e Senadores inscritos. Dessa forma, sugiro aos Deputados e Senadores que ainda desejarem se inscrever que o façam; em seguida, iremos encerrar a lista de inscrições, para evitar que Deputados que não tenham ouvido a exposição do Dr. Arminio Fraga acabem se pronunciando.

Se alguém presente à reunião desejar fazer uso da palavra, evidentemente terá de se inscrever.

O primeiro orador inscrito é o Deputado Milton Temer. S.Exa. dispõe de três minutos.

Vamos ser rígidos com o tempo, a fim de permitir que todos participem dos questionamentos.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Srs. Presidentes de Comissão, Sr.

Presidente do Banco Central, Dr. Arminio Fraga, desejo saudar a presença de V.Sa. e de sua equipe, parabenizando-o pela exposição como sempre **cool**, mas muito eficiente. **Quero** chamar a atenção principalmente para os paradigmas que V.Sa. apresenta, um deles a história sempre repetida do chamado **PIB per capita**. Esse conceito só vale se colocarmos ao lado dele o da distribuição de renda. Senão, entraremos na velha história: quando me sento para almoçar com o Deputado Virgílio Guimarães, S.Exa. sempre pede dois frangos; não consigo comer o primeiro, mas quem olhar de longe dirá que cada um comeu um frango.

Objetivamente, ao mesmo tempo em que se fala do aumento do PIB, estamos omitindo, na questão de políticas monetárias, que, depois de seis anos de mandato, o Governo Fernando Henrique Cardoso nada conseguiu no sentido de alterar, segundo dados de recente pesquisa realizada pelo IPEA, o fato de que os 10% mais ricos da população brasileira conseguem receber renda 28 vezes maior que os 40% mais pobres. Esse índice é trágico. Ele tem de ser referência para tudo, principalmente para o debate, nesta Casa, de reforma tributária.

Isso me leva ao segundo ponto, que apresento para o início do questionamento que quero fazer. Os jornais de hoje dão dois eixos de notícias contraditórias e antagônicas, mas que mostram, de novo, o caráter de subordinação desse Governo. Numa ponta, a operação para bloquear o excelente projeto do Senador Paulo Hartung, que pretende fazer correção na tabela do Imposto de Renda de molde que não cometamos a injustiça de fazer com que



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

peças isentas, em função de os seus descontos não estarem submetidos à correção, passem a pagar, enquanto outras começam a ser liberadas. Por que liberadas? Porque também está nos jornais de hoje que já se faz a operação simultânea de liberar a CPMF dos chamados aplicadores internacionais no mercado de capital brasileiro. Quer dizer, além de liberados de toda a isenção tributária, já se quer liberá-los da CPMF. Considero esse fato grave, porque uma das razões fundamentais de desequilíbrio fiscal no Brasil é a sonegação, a evasão, a elisão, enfim, tudo o que ocorre por conta desse malfadado mercado e da “legalidade” ilegal do sistema financeiro privado brasileiro.

V.Sa. sabe que sou um impertinente incomodador do Banco Central, com respeito às investigações que estou pedindo, com fatos concretos. Não quero citar o específico, sobre o qual já operamos. Estou contando com a operação do Banco Central a respeito do caso específico, que já denunciei, e pedi, em carta, que o Banco Central interferisse junto à autoridade monetária em Cayman.

Quero dar mais um exemplo: tenho grande preocupação com a utilização dos fundos internacionais geridos por grupos brasileiros e que têm o compromisso de não incorporar aplicadores brasileiros no exterior. Darei mais um dado que, de repente, caíram nas minhas mãos: a planilha de investidores do Garantia Partners, fundo internacional que o Banco Garantia tem no exterior, em que há uma série de investidores internacionais. Essa planilha é de 1997. Entende-se, por exemplo, que no nome do aplicador Soros Fund Management se veja incluído V.Sa., que naquela ocasião trabalhava legitimamente sem nenhum problema.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) – Peço a V.Exa. que encerre.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Sr. Presidente, estou encerrando.

Essa mesma planilha de 1997, Dr. Arminio Fraga, tem seis investidores brasileiros, num fundo de 1 bilhão e 300 milhões de dólares. Passarei a planilha às suas mãos, para que se confirme — há os telefones deles aqui.

Faço uma pergunta objetiva: ao realizar operações concretas de investigação, principalmente por conta do conhecimento da chamada ilegalidade que várias instituições financeiras brasileiras estão praticando por meio de suas empresas no exterior, que resultados concretos o Banco Central vem obtendo com respeito à ilegalidade da existência de aplicadores brasileiros em fundos isentos de tributação no Brasil? Ou seja, se aplicassem no Brasil, esses investidores teriam de pagar tributo, mas se isentam; quer dizer, são mais premiados que os investidores brasileiros honestos por driblarem a lei e aplicarem no exterior, em fundos brasileiros, com empresas internacionais. Estou objetivamente dando esse exemplo, além daquele sobre o qual já conversamos, sobre o Garantia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) - Deputado Milton Temer, não sei se o questionamento de V.Exa. refere-se à matéria da exposição.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Claro! Estamos falando de política monetária e equilíbrio fiscal.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) - O Dr. Arminio Fraga, que vai responder à questão, tem melhores condições que eu de fazer essa avaliação.

Concedo a palavra ao Dr. Arminio Fraga.

**O SR. ARMINIO FRAGA** – Quero registrar rapidamente — perdoe-me — minha concordância com os comentários de V.Exa. a respeito do PIB **per capita** e da concentração de renda.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Perdoe não, saúdo.

**O SR. ARMINIO FRAGA** – Estou-me remetendo à última reunião desta Comissão de que participei.

Sem entrar em discussão mais longa — não creio que seja o caso —, a avaliação que se tem dos principais indicadores sociais e da evolução mais recente desses indicadores é positiva.

Concordo com a visão de V.Exa. no sentido de que é inaceitável a nossa distribuição de renda. Trata-se de problema que temos de resolver. Creio que a melhor forma de fazê-lo é por meio da alocação consciente dos recursos que há no Orçamento. A maior contribuição que a área econômica pode dar a essa questão absolutamente crucial é preservar este espaço de discussão orçamentária, para que o País possa decidir seu próprio destino. Não cabe a mim, como Presidente do Banco Central, discutir se os recursos do Orçamento devem ir para algum subsídio, para a educação ou para a saúde, mas cabe a nós, sim, preservar este espaço de discussão. Tenho minhas opiniões pessoais, como todo



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

cidadão brasileiro. É assim que deve ser, pois agora temos condições de discutir a questão de forma transparente.

Em relação à CPMF, houve um engano na leitura do jornal. Nossa declaração foi em sentido contrário: o que foi de fato uma tentativa fracassou — é o oposto. Mas a idéia original deve ser vista dentro de um contexto de isonomia da nossa Bolsa. Verificamos que estávamos perdendo todas essas aplicações para o exterior. No fundo, era um imposto que não arrecadava, e a Bolsa perdia negócios que geram recursos dentro do País, taxas etc. De qualquer forma, o assunto não vingou.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – É do jogo: todos os empresários disputam pagando impostos.

**O SR. ARMINIO FRAGA** – Pois é. Exatamente.

Vamos, então, ao ponto sobre o qual tivemos a chance de conversar ao longo do tempo, que diz respeito aos fundos internacionais. Em última instância, o assunto cruza várias esferas de responsabilidade. O Banco Central entra como coadjuvante nesse processo. No caso de fundos, quem faz a pesquisa com relação a denúncias é a CVM; nós ajudamos onde é possível. Nessa área, defrontamo-nos com obstáculos difíceis, que têm a ver com leis de outros países que não permitem, exceto em casos extremos, a abertura de certas informações. Isso cria um problema difícil, como o da galinha e do ovo: se não temos acesso, como vamos saber? Não é fácil.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Mas como tive acesso à planilha do Garantia?

**O SR. ARMINIO FRAGA** – Não, não; sei disso. Quando surgem informações como a de V.Exa., é o caso de correr atrás.

Existem duas dimensões: uma de natureza cambial — se quisermos assim —, menos relevante, e outra de natureza fiscal. Creio que a denúncia deverá ser objeto de ação por parte da Receita, para verificar se esse dinheiro é declarado, se estão ou não pagando imposto, esse tipo de coisa.

No que diz respeito ao processo de obtenção de informação, temos procurado — confesso que ainda sem grande sucesso — trabalhar com as autoridades dos outros países na tentativa de convencê-los de que precisam mudar sua postura. **Vários** países têm dado sinais nessa direção, mas devo dizer que ainda são tímidos.

Então, estamos atuando contra uma barreira institucional de natureza internacional. O Ministro Malan e eu temos sempre apresentado nossa posição em encontros internacionais, de que é preciso acabar com esconderijos para dinheiro. Creio que esse é o ponto. De qualquer maneira, a Receita tem tido atitude prática, simples e correta nessa área, como de praxe.

Qualquer investidor que faça seu investimento no Brasil e tenha por origem o chamado paraíso fiscal, algum endereço que possa ser assim categorizado, paga imposto, a não ser que ele se identifique. Então, esse é um avanço. Se o sujeito tem um investimento vindo de qualquer dessas ilhas, já estamos tributando,



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

até para poder eliminar esse incentivo à retirada do dinheiro do País e à sua volta isenta de imposto. Essa tem sido a nossa postura.

É uma solução que não resolve tudo, porque vai acabar afastando o dinheiro daqui. A pessoa vai dizer: vou tirar do Brasil e aplicar em outro País. A nossa visão é esta: se o sujeito quer ficar no mundo do crime, fique, vá aplicar em outro lugar; se for pego, será punido.

Resumindo, os resultados do nosso trabalho nessa área têm sido, até o momento, bastante limitados, sou forçado a admitir, mas não por falta de interesse ou de esforço. Temos realmente dedicado bastante esforço a essa área. Vejo algumas pistas, algumas possibilidades. Algumas não quero comentar, para não atrapalhar o trabalho, mas sinto-me um pouco frustrado, sim, com a situação que existe hoje. Temos procurado, pelos canais institucionais que hoje nos escutam, resolver isso de alguma maneira.

Se eu puder gastar mais um minuto, essa é uma área muito interessante. Vejo, num futuro não muito distante, o fim de qualquer limitação de computadores, de sistemas para se acompanharem fluxos de recursos pelo mundo inteiro. Não é futurologia; é a realidade. Teremos acesso ao fluxo de caixa de cada cidadão, em termos globais, nos próximos dez anos. É extremamente positivo para países como o Brasil que, no fundo, são vítimas desse tipo de processo, porque o dinheiro sai daqui e normalmente não volta.

Os casos mencionados por V.Exa. são exceção. Minha impressão é de que esse dinheiro some para nós, mas está em algum lugar. Creio que a tecnologia já





## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

existe. Então, terá de ser objeto de movimento político uma mudança nesse sistema. Isso tem a ver com sigilo bancário — V.Exa. sabe que eu defendi modificações na regra do sigilo bancário, um pouco para desamarrar as mãos do Banco Central nessa área.

Foi uma longa resposta.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** - Continuo confiando nas investigações de V.Sa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) – Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

**O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO** – Sr. Presidente, para tentar otimizar os trabalhos, poderíamos recorrer ao que fazemos de praxe nesta Comissão: o Dr. Arminio Fraga poderia responder às perguntas de três Parlamentares por vez, em função do número de inscritos. Acredito que já há uma lista bem extensa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) – Em primeiro lugar, vou tomar a medida de encerramento da lista de inscrição.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Sr. Presidente, quero encaminhar contra a sugestão do nobre colega, por uma questão de princípio.

Estou à vontade, porque já falei. Sou inteiramente contrário à prática que antes se estabelecia a pedido dos convidados, mas já começa a instalar-se na



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

consciência dos próprios Deputados, de limitar o papel do Parlamento. O convidado vem, tem seu espaço, nós o ouvimos, ele tem direito à réplica. O Parlamentar se senta e sofre o rigor da lei dos três minutos. Normalmente, o primeiro que pergunta em bloco não tem sua resposta completamente atendida.

Que os Deputados se inscrevam e ouçamos os que forem possíveis, mas sou contra o princípio de se fazer questionamento em bloco.

**O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO** - Sr. Presidente, talvez o Deputado Milton Temer não compareça tantas vezes à Comissão. Em momento algum, o Parlamentar ou o debate ficou prejudicado em função da sistemática adotada.

**O SR. DEPUTADO MILTON TEMER** – Realmente, eu não disputo muita emenda na Comissão de Orçamento, mas compareço a muitas Comissões e em todas faço essa questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) – Deputado Paulo Mourão, na realidade, estamos aqui num congresso de Comissões. Se fosse reunião somente da Comissão de Orçamento, eu teria toda a tranqüilidade em adotar o processo que normalmente temos adotado, exatamente como V.Exa. propõe. Como estamos num congresso de Comissões, é impossível adotar o mesmo critério, pois provavelmente cada uma adota seus próprios. É melhor seguirmos o Regimento, pedindo aos Deputados e ao Dr. Arminio Fraga que se mantenham dentro dos prazos, para que possamos atender a todos que queiram fazer seus questionamentos.

Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, Deputado Alberto

Goldman, Srs. Presidentes das demais Comissões da Câmara e do Senado, Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Arminio Fraga, V.Sa. tem tido muita dificuldade para compreender a Lei de Responsabilidade Fiscal.

V.Sa., mais uma vez, não cumpriu a lei. V.Sa. foi convocado por esta Comissão para obedecer ao § 5º do art. 9º, cujo **caput** trata da limitação de empenho:

*Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado (...), haverá limitação de empenho (...)*

Se fosse para se discutir apenas o resultado do Banco Central, que é assumido pelo Tesouro, dever-se-ia fazer o relatório do art. 7 e não do art. 9º.

O que queremos de V.Sa. — quando falamos “apresentará” — não é apenas uma apresentação oral, porque o impacto e o custo fiscal da política monetária refletem no Orçamento. Cortamos 900 milhões na área de saúde por causa do custo da política monetária e cambial. Então, há um reflexo no Orçamento.

Por isso, não queremos uma mera apresentação oral; queremos um documento do Banco Central, responsável pela política monetária, para explicar não só aos Parlamentares, mas à Nação brasileira qual é o impacto e o custo fiscal da política monetária creditícia e cambial.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

V.Exa. reduziu essa discussão apenas ao resultado do Banco Central. Não é isso que diz o art. 9º, § 5º. Se fosse para responder ao art. 7, § 3º, aí, sim: “Os balanços trimestrais do Banco Central do Brasil conterão notas explicativas sobre os custos da remuneração das disponibilidades (...)”. Não é isso que diz o art. 9º, § 5º. Então, mais uma vez, não avaliamos efetivamente qual é o custo fiscal da política cambial.

Fiz estudo junto com minha assessoria, Sr. Presidente, sobre o impacto fiscal da variação cambial no resultado das contas do Governo. Não vou discutir aqui o mérito da política econômica que V.Sa. defende; vou discutir os custos. Não existe almoço grátis; tudo tem um custo. Discute-se o custo do pagamento de aposentados, da política de saúde e da universidade. Qual é o custo da política cambial? Fiz uma avaliação do custo da política cambial com uma desvalorização recente tanto na dívida líquida externa como na mobiliária indexada ao câmbio. Tivemos um impacto cambial, tomando por base os últimos 12 meses, a partir de fevereiro, quando houve esse crescimento da desvalorização do câmbio, de 29,5 bilhões. Do ponto de vista do déficit, o déficit nominal em percentual do PIB, tomando por base 12 meses, fechando em fevereiro, foi de 2,87. O impacto cambial foi de 2,68. Se não houvesse essa alteração de câmbio, teríamos praticamente um superávit nominal.

Os técnicos do Tesouro calculam que a variação de 1% na taxa de câmbio repercute 1,7 bilhão na dívida líquida. O cálculo que fiz dá uma repercussão de 1,9. Depois entreguei o documento a V.Exa. Então, é esse impacto que reflete



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nos gastos orçamentários, porque a essência da Lei de Responsabilidade Fiscal são os arts. 9º e o 31. O que diz o art. 9º e o art. 31? Haverá limitação de empenho se a sua meta de resultado primário nominal for afetada. Então, temos de saber como o custo da política monetária e cambial afeta a meta de resultados, porque terá consequência no Orçamento. Um outro custo também importante, que posso apresentar a V.Sa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) – Peço a V.Exa. que conclua.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Vou encerrar. Fiz também um cálculo — podemos discutir depois com os técnicos de V.Sa. — sobre o custo do Banco Central, levando em conta que o Banco tem ganhos de senhoriagem, que atua como agente da União, tem remuneração dos títulos do Tesouro e também paga, desconta a remuneração dos títulos do depósito da conta única. Fiz o cálculo do resultado do Banco Central e os ganhos sobre o resultado. V.Sa. apresenta um resultado de 1 bilhão e 300 milhões, se não me engano, no último trimestre, mas houve um ganho de compensação do resultado do ano anterior de mais de 3 bilhões.

Fiz o custo da operação do Banco Central de 1995, mas tirei o ano de 1994, porque houve um período de grande inflação. O custo, tomando por base esse tipo de cálculo, do Banco Central para o Tesouro, que foi todo assumido pelo Orçamento, foi de 41 bilhões 984 milhões. Ora, equivalente aos títulos do Fundo



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de Garantia dos trabalhadores, que é um outro esqueleto que a União recusa a pagar, a assumir como dívida.

Por último, até aproveitando a presença do Senador Lúcio Alcântara, refiro-me à questão do Banco Central em si. O Banco Central tem, pelo art. 7º, que qualquer resultado negativo dele será assumido pelo Tesouro e o positivo é transferido. Mas temos uma mensagem que define a dívida consolidada líquida e que retira o Banco Central do conceito de União. A Constituição manda que se defina o limite para a dívida consolidada líquida da União. Ora, pelo critério adotado no cálculo da dívida consolidada líquida da União, retira-se o Banco Central. Então, o Banco Central não é mais da União. De quem é o Banco Central, Dr. Arminio? Se ele não está no limite da União, de quem é o Banco Central. Ele não é mais da União?

Então, temos uma autarquia especial no Brasil. Ela pode ter qualquer resultado que é assumido pelo Tesouro Nacional. Foram assumidos este ano 15 bilhões e 500 milhões no Orçamento. Ela não respeita nenhum limite, inclusive o da União mandado pela Constituição. Está aqui, é o ponto 9 da Mensagem nº 154.

Temos dois conceitos de dívida. Temos um conceito de dívida consolidada líquida, que vem no relatório de gestão fiscal. O conceito de dívida consolidada líquida que vem no relatório de gestão fiscal é o mesmo conceito do acordo com o FMI, é o mesmo conceito divulgado pelo Banco Central mensalmente sobre a dívida líquida do setor público? Tenho a impressão de que não é o mesmo. Qual é o que vale?



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Só para resumir, levantei três questões. Primeiro, mais uma vez, o Dr. Arminio Fraga vem aqui e não respeita a lei. S.Sa. não respondeu qual é o impacto e o custo fiscal da política monetária creditícia e cambial, e a resposta teria de ser um documento para analisarmos. Só ontem tivemos acesso ao próprio resultado do Banco Central, porque o Conselho Monetário Nacional somente apreciou isso na semana passada. Colocaram-no na Internet terça-feira à noite. S.Sa. vem aqui sem que tenhamos feito a nossa auditoria das contas e faz apenas um relato oral. Então, ele teria de demonstrar o custo financeiro monetário cambial — eu apresentei alguns custos aqui da variação do câmbio e do custo do Banco Central —, esse conceito de dívida líquida e como o Banco Central avalia essa questão, porque ele está fora do limite da União. Se ele está fora do limite da União, ele não mais pertence à União.

Eram essas questões que queria abordar. Obrigado pela paciência, Deputado Alberto Goldman.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) – Com a palavra o Dr. Arminio Fraga.

**O SR. ARMINIO FRAGA** – Deputado, a leitura do art. 9º, § 5º, discutido o prazo etc., diz o seguinte:

*(...) cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.*



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) – Pediria que não houvesse essa discussão. Acho que o Dr. Arminio tem o direito de responder da forma como desejar.

**O SR. ARMINIO FRAGA** – Foi isso que fiz. O balanço em detalhe foi publicado, como V.Exa. mencionou, na Internet. Deverá ser publicado no **Diário Oficial** até sexta-feira, depois de amanhã. Ele contém todos os itens necessários a uma decomposição desse resultado. Isso pode ser feito. Algumas contas geram resultados positivos, outras, negativos. O importante é olhar o todo.

Concordo com V.Exa. quando diz que é preciso ter cuidado com a gestão do Banco Central, a fim de evitar surpresas desagradáveis. Temos essa preocupação. O primeiro passo que demos foi há um ano: apresentar um balanço aberto que contém cada item, que contém, por exemplo, todas as contas do PROER. Creio que isso representa um avanço institucional. Hoje é possível fazer essa análise.

Nós, em grande parte, tomamos essa decisão conscientes de que devemos evitar surpresas, como algumas que tivemos no passado. O trabalho não é só de transparência, é claro. Temos que fazer o trabalho da fiscalização, temos que construir o balanço de um Banco Central mais simples. No fundo, diria mais normal. O nosso Banco Central, ao longo da sua história, infelizmente, viveu períodos de crises, de grandes incertezas. O Banco Central foi, no passado, inclusive, um instrumento de fomento. No fundo, representa um orçamento fora do





## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Orçamento. Representava algo não só ineficiente como, na minha leitura, antidemocrático.

Deputado, estou disposto a decompor o balanço e fornecer as informações necessárias a qualquer tipo de análise que V.Exa. queira. Faço isso por conta própria, porque é minha responsabilidade entender o que acontece com o balanço do Banco Central. Mais do que isso: temos como objetivo procurar, ao longo do tempo, reduzir o grau de variância dos resultados do Banco Central. Isso é o que, a meu ver, pode ser feito de maneira gradual, mas bastante segura. Como? Por exemplo, na área das liquidações, tenho absoluta convicção de que em algum momento vamos ter de discutir uma nova lei que retire do Banco Central essa atribuição e dê o devido espaço para que isso ocorra, inclusive com mais agilidade. Temas como esse são importantes. Não sou advogado, mas eu e a minha equipe no Banco Central acreditamos que a apresentação do resultado, de forma bastante detalhada, como é feito no balanço do Banco hoje, cumpre a exigência da lei.

Quanto ao outro ponto, de como se consolidar a dívida pública, de fato, temos definições diferentes em diferentes lugares. A dívida líquida consolidada — tenho que tomar cuidado até com o vocabulário que uso aqui — é um conceito que faz parte da lei. Creio que é um conceito de transição. Quer dizer, teremos em pouco tempo um Banco Central que não emitirá mais títulos, quer dizer, a lei foi promulgada mais ou menos há um ano. Daqui a um ano o Banco Central vai parar de emitir títulos, o que vai facilitar essa discussão. Mas o senhor tem razão. Os



## **CONGRESSO NACIONAL**

### **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

conceitos são diferentes. Devemos cumprir a lei e publicar cada conceito de maneira que eles possam ser avaliados.

No que diz respeito ao Banco Central, tenho a visão de que, se não corre risco de crédito — a nossa visão é esta: o Banco Central não deve correr risco de crédito —, fica mais fácil entender o que acontece. Se o Banco Central, por razão de política monetária, por exemplo, acumular reservas cambiais, vender títulos do Tesouro ou seus próprios títulos, o que hoje é possível, gerará uma modificação com uma contrapartida.

Tipicamente, no Banco Central, ativo e passivo caminham juntos. Hoje temos um Banco Central ainda descasado, temos esses ativos do PROER, por exemplo, mas creio que isso é uma situação transitória. A nossa idéia é ir desbastando esse balanço do Banco Central para que ele acabe sendo um balanço com cinco itens, títulos do Tesouro no ativo, reservas cambiais no passivo, base monetária. Esse seria o balanço, a meu ver, ideal para um banco central.

Um mecanismo que temos que resolver é esse da chamada liquidação das instituições financeiras. Isso gera certa distorção. Outro ponto é esse mais geral. Quer dizer, a dívida do Banco Central pode aumentar ou diminuir. Se não for um problema de crédito, quando o Banco Central perde dinheiro emprestando para alguém, qualquer aumento no passivo tem como contrapartida um aumento no ativo. Então, do ponto de vista fiscal, as conseqüências são de segunda ordem. Pode ser porque variou a taxa de juros ou a taxa de câmbio.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mesmo na área cambial, acredito que a longo prazo o Banco Central deveria também atuar de forma a retirar esse tipo de fonte de resultado de seu balanço. Essa área é mais complicada. A maioria dos bancos centrais no mundo tem reservas, o que provoca flutuações nos seus resultados. Não é um problema, a meu ver, muito grave.

Resumindo, no que diz respeito ao cumprimento da lei, temos a convicção de que cumprimos a lei. O balanço detalhado, concordo, foi publicado um pouco em cima da hora. A nossa intenção é publicar cada vez mais perto do final do período. Eu acho que nesse ponto o senhor tem razão. Mas mesmo assim estão lá as informações. O senhor pode fazer qualquer requerimento formal ou informal. Teremos o maior prazer em responder.

No que diz respeito à dívida, a definição é a da lei. Nesse caso, sei que o senhor teve uma discussão outro dia com o Secretário do Tesouro, Dr. Fábio Barbosa. Eu acho que ele é mais qualificado do que eu para entrar em detalhes nesse assunto. O nosso papel é seguir as definições que o próprio Congresso produziu na lei. Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** - Deputado Alberto Goldman, apenas um minuto para a réplica. Só para esclarecer qual é a minha dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) - Um minuto.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** - O § 4º do art. 4º que trata da LDO define que vão constar em anexo específico os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial. Ora, conforme o art. 9º, **alguém** tem de prestar contas desse



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

anexo das políticas monetária, creditícia e cambial. Quem vai prestar contas desse anexo? Não é o Banco Central, que é o responsável pela política monetária? Temos de dar uma satisfação ao povo, não ao Congresso, sobre o impacto e o custo fiscal das políticas monetária, creditícia e cambial. Esse é o objetivo do art. 9º.

O resultado do Banco Central é tratado no art. 7º. O impacto e o custo fiscal das políticas monetária, creditícia e cambial vão muito além do resultado do Banco Central, caro Presidente. V.Exa. há de concordar comigo. O impacto das políticas monetária, creditícia e cambial não é um resultado do Banco Central. São as conseqüências, o crescimento da dívida — podemos até ampliar esse impacto —, o reflexo no desemprego. Se aumentam os juros, qual o impacto no nível de emprego no País, no crescimento da economia.

Alguém tem de prestar contas aqui — se não é V.Exa., é o Ministro Malan ou o Presidente Fernando Henrique — sobre o impacto das políticas monetárias, creditícia e cambial e sobre o custo fiscal dessa política.

Era isso. Alguém tem de responder por isso. O próprio Relator do projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal está na Mesa. Ele colocou esse artigo. Alguém tem de prestar contas à Nação sobre o impacto das políticas monetária, creditícia e cambial. Imagínávamos que fosse V.Sa. Parece que não é.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) - Com a palavra o Dr. Arminio Fraga.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. ARMINIO FRAGA** - Vou fazer um rápido comentário. Posso não ter satisfeito o nível de detalhamento que V.Exa. quer. Sei que V.Exa. tem, ao longo dos anos, trabalhado com profundidade nesse tema, mas na minha leitura, mais ampla, o resultado das políticas fiscal, creditícia, monetária e cambial foi o que procurei apresentar no início da nossa reunião: uma recuperação da economia, um balanço de pagamentos com as características que descrevi, e assim por diante. Esse resultado lá está. A evolução da dívida pública também apresentei de forma sumária. Sei que a equipe do Ministério da Fazenda outro dia trouxe mais detalhes ao Congresso também.

Mas, de qualquer forma, se a minha exposição foi excessivamente breve, estou à disposição de V.Exa. para discutir o assunto. A decomposição é uma coisa mais complicada. Eu acho que o efeito global da política macro é esse. A economia cresceu 4,5%, gerou não sei quantos mil empregos, e assim por diante. A atribuição específica, o que foi culpa dos juros, o que foi do câmbio, o que foi mérito do juro ou do câmbio é algo bastante subjetivo. Procurei dar uma linha geral e estou à sua disposição para discutirmos mais detalhes.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) - Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** - Srs. Deputados, Sr. Presidente do Banco Central, vendo assim a sua exposição inicial e, depois, a forma com que respondeu, ou que não respondeu, aos questionamentos feitos,



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fiquei até sem saber presidente do banco central de que país V.Sa. é. Fez uma apresentação de dados fantásticos, que fiquei sem saber a que país se referia. Chegou a falar de evolução do nosso sistema fiscal, quando estamos assistindo exatamente ao contrário: a reforma empacada, a tramitação do projeto que corrige a tabela do Imposto de Renda aos solavancos, prejudicando a Nação, impedindo que esse seja um imposto justo como deveria ser.

V.Sa. falou das metas de inflação como se não tivesse acontecimento recente algum. As metas estão mantidas, 4% de inflação, ou vão ficar num patamar próximo a 6%? Nada disso existiu para V.Sa. A sua maneira cortês, até humilde, lhana, deixa-nos até constrangidos de perguntar com clareza. Mas é o meu dever perguntar com clareza: afinal, Sr. Presidente do Banco Central, as metas estão mantidas? Não se altera nada? Qual o impacto na dívida pública da variação cambial e da variação da taxa de juros? V.Sa. falou sobre a auditoria feita. Afinal, os dados antes divulgados sobre o PROER, 30 bilhões — havia um provisionamento de 6 bilhões —, estão mantidos? Algo foi recuperado? Esses números são ou não atuais? São questões concretas, e ficamos sem saber.

Aliás, vejo do seu lado o Prof. Marcos Cintra, que deve ter ficado mais estarecido do que eu com a informação dada por V.Sa. sobre a evolução do nosso sistema fiscal. É brincadeira. Baseado em quê, em função de que V.Sa. chegou a essa conclusão?

Presidente, estamos todos perplexos, sem saber como fica essa equação de taxa de câmbio, taxa de juros, crescimento, inflação, esse equilíbrio que V.Sa.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apresentou, como se fossem variáveis independentes. Sei que não é esse o entendimento de V.Sa. O País está preparado para a possível crise da economia americana, e no caso da nossa vizinha Argentina? Essas variáveis não são independentes.

Creio que essa avaliação foi apresentada por V.Sa. por dever de ofício. A palavra de V.Sa. pode provocar ou não uma crise. Amanhã será manchete nos jornais. Talvez tenha V.Sa. responsabilidades que ultrapassem — quem sabe? — até o que V.Sa. gostaria de expor. Agora, ficamos frustrados com a sua exposição. Pareceu um folheto, como os que foram distribuídos aqui, esses reclames de propaganda institucional. Do ponto de vista daquilo que interessa ao Parlamento brasileiro, que é conhecer a fundo essa realidade e o seu impacto no nosso futuro próximo, creio que foi frustrante.

Gostaria de obter esclarecimentos pelo menos sobre esses tópicos que apresentei, até porque sei de todo esse carnaval em torno da independência do Banco Central. Independência como — conforme bem lembrou o Deputado Sérgio Miranda —, se sequer as vinculações legais estão sendo respeitadas e se o Banco Central julga-se um pouco acima? Existe um projeto de lei que prevê mandato definido para o Presidente do Banco Central, mas que seja escolhido no início de cada governo. E não essa idéia de que possa ser eleito ao apagar das luzes do governo, com um mandato de quatro anos, para ficar como uma espécie de um quisto num governo que, com certeza, será da Oposição. Como vai querer ser independente, se, mesmo obrigado por lei, o Banco Central não presta as



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

contas, pelo menos na medida e na profundidade que queremos e merecemos, e tenho certeza de que V.Sa. gostaria de prestar esses esclarecimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) - Com a palavra o Dr. Arminio Fraga.

**O SR. ARMINIO FRAGA** - Agradeço ao Deputado a oportunidade de tentar aprofundar alguns pontos e esclarecer outros.

Primeiro, a questão das metas. Toda a essência do sistema de metas para inflação passa por dois pontos básicos: primeiro, transparência, deixar claro qual o objetivo do Governo; segundo, sua dimensão temporal, a idéia de que a inflação ultrapassa as questões de conjuntura e deve ser vista como uma meta social que procura proteger o que é um bem público, que é a taxa de inflação baixa. A meta para esse ano foi determinada há bastante tempo. É e continua sendo de 4%. Creio que esse sistema precisa ser aplicado nesse contexto. É um desejo da sociedade preservar esse ambiente. E somos incumbidos de perseguir essa missão.

A meta fica mantida. O que gerou certa confusão foi a apresentação, no último relatório, de um modelo com uma projeção de 4,8% de inflação para este ano. Mas a meta não mudou. Respondemos não à projeção, porque não podemos conduzir a política monetária de forma mecânica, utilizando apenas um modelo estatístico, que está sujeito a toda a sorte de imprecisões e incertezas. Mas o modelo é mais um instrumento dos muitos que procuramos utilizar para ter uma





## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

postura pró-ativa com relação à inflação. Mas a meta é um dado e trabalhamos para atingi-la.

Quanto ao impacto de taxas de juros, de câmbio — talvez eu tenha um hábito de economista —, estou sempre preocupado em entendê-lo com relação às alternativas que temos, o que seria possível, o que teria acontecido se tivesse sido de um jeito ou de outro. A política cambial é uma política de flutuação da taxa de câmbio, que às vezes flutua para cima, às vezes, para baixo. Temos que ancorar a economia com uma política monetária que trate de produzir uma trajetória de inflação baixa, que é o desejo da sociedade.

A minha visão de impacto de custo da política monetária inverte a equação. O que sabemos, com certeza, é quanto nos custou a política monetária e fiscal errática, por exemplo, da década de 80 e do início da década de 90. O custo social dessas políticas foi monumental. Não foi só a falta de transparência, com todas as dificuldades de se conduzir a coisa pública que existiam no ambiente de hiperinflação, o custo para o pobre viver num ambiente em que não conseguia se proteger, sua poupança acabava sendo apenada pela inflação. Melhor teria sido não viver esse período de tanto sacrifício, de tanta frustração. O que sabemos é que o Banco Central e a política fiscal podem fazer um mal tremendo a um país se forem mal conduzidos.

No fundo, o nosso objetivo nas áreas fiscal e monetária é tirar do cenário o risco de uma volta a esse passado de incerteza, que não nos deu nada, só sofrimento. Esta é a minha visão. Devemos ter o cuidado de colocar a questão



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

num horizonte temporal de médio e longo prazo. É nesse contexto que devemos avaliar. Não é correto dizer que o aumento de cinquenta pontos na SELIC teve um custo x, num horizonte de curto prazo, porque tenho certeza de que estamos construindo as bases fiscais, monetárias, bancárias para conduzir o País na direção de um futuro mais normal.

Não temos tido isso no Brasil ao longo dos últimos vinte anos. Só recentemente a situação começou a virar. Diria que hoje o impacto de todas essas políticas — insisto, políticas que o Congresso Nacional construiu com reformas importantes como a Lei de Responsabilidade Fiscal e as reformas previdenciárias — é altamente positivo. O Brasil superou um ano de crise, como foi o de 1999, sem queda no PIB. A grande maioria dos países que viveu esse tipo de processo mergulhou em recessões que levaram o PIB a cair de 5% a 10%. O Brasil, não, teve um crescimento muito frustrante de 0,8% em 1999, mas cresceu. E no ano passado crescemos 4,5%, fruto, sem nenhuma dúvida, dessas políticas que o Executivo e o Legislativo vêm implantando em parceria.

Nesse contexto, creio que o Brasil está preparado para enfrentar as turbulências externas. Não significa que isso será agradável, mas também não significa que o mundo será sempre caótico e fonte de problemas. Às vezes acontece o oposto. Nos últimos tempos, não temos tido o benefício de um ambiente externo mais positivo, mas isso muda, e ninguém consegue prever com precisão o que vai acontecer com o mercado americano, ou com os nossos vizinhos da Argentina. A situação pode piorar, pode melhorar. Creio que temos de



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nos preparar para o pior e torcer para que a coisa dê certo, e, se der certo, vamos nos beneficiar disso.

O que temos hoje?

Posso usar mais dois minutos? Não sei se estou entediando os presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) - Dois minutos, só para equilibrar.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** - Concedo esse tempo a ele para que responda, porque reconheço que fiz várias perguntas, e de antemão abro mão da réplica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) - Muito bem.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** - Assim, o tempo fica corrido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) - Pois não.

**O SR. ARMINIO FRAGA** - Se V.Exa. permitir, darei um exemplo rápido. Na condição de acadêmico, dei aula em todo o período de seis anos que morei nos Estados Unidos e como investidor acompanhei muito de perto a crise mexicana de 1994, cujo desenrolar é interessante.

O México entrou em 1994 com uma economia desacelerada, recessiva. Ao mesmo tempo, o déficit em conta corrente crescia e se aproximava dos 7% do PIB. Esse déficit era financiado por capital de curto prazo e tinha como pano de fundo um sistema financeiro bastante debilitado. Por ser em conta corrente, financiava consumo, porque a taxa de investimento do México naquele momento



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

não exibia sinal de crescimento. Depois, a taxa passou a crescer e o México hoje vai muito bem, por isso me dou a liberdade de falar sobre esse país amigo.

Resumindo: uma economia entrando em recessão e o déficit em conta corrente crescendo; um déficit financiado por capital de curto prazo com um sistema financeiro frágil, e um déficit utilizado para aumentar consumo. Para quê?

Vejamos o Brasil: o País tem uma situação fiscal sólida, que não era o caso do México, um déficit em conta corrente, que se estabilizou com uma economia que está arrancando. Ponto número um: a nossa economia exibe realmente sinais de crescimento muito fortes. Ponto número dois: o déficit é financiado por capitais de longo prazo, tendo como base um sistema financeiro sólido. Infelizmente vivemos períodos de crise, mas já foram superados. E estamos vendo um crescimento na taxa de investimentos no Brasil. Quer dizer, esse dinheiro, essa poupança externa que utilizamos está indo para o investimento. É um quadro, eu diria, bom. Estamos imunes lá fora? Não. Mas eu diria que estamos preparados para enfrentar as turbulências, sabendo que, ao final da tempestade, as nuvens irão embora e voltaremos a uma trajetória ainda melhor do que a de hoje, que já é razoável, de 4,5% de crescimento. Essa seria a minha visão.

Quanto ao último ponto, relativamente à posição do Deputado Sérgio Miranda de o Banco Central ser independente, sinceramente não concordo. Aceito que temos muito mais a mostrar. Temos detalhes? Sim, o nosso balanço é muito detalhado. Hoje, o Deputado pode fazer uma análise cuidadosa da nossa atuação, porque os dados existem e, inclusive de um ano para cá, publicamos tudo com



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

toda a abertura. Creio que a independência do Banco Central não deve acontecer. A própria palavra independência dá uma conotação errada. Não vou repetir a posição atual do Governo, apenas faço um breve resumo.

Deputado, a nossa visão é simples: achamos que o Banco Central deve perseguir a missão dada pelo Governo. O Governo dá uma missão ao Banco Central: “Segura a inflação”. Tubo bem. O Banco Central deve ter um mandato para perseguir essa missão, dentro de um horizonte de tempo compatível com o que a política monetária pode fazer. A política monetária não pode fazer mágica a curto prazo. Ela tem de ter um horizonte de médio e longo prazos. Daí a idéia de algum mandato, não para se fazer o que quiser, mas para perseguir o objetivo dado pelo Governo. E o Banco Central tem que prestar contas, que é o que estamos fazendo aqui com, espero, total abertura.

Então, a idéia que vejo de “independência” — entre aspas — é de independência operacional limitada, com prestação de contas, mas é um assunto que não cabe a mim...

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** - Só quero dizer que estou mandando para V.Exa. o meu projeto de lei que mantém a independência dentro de um horizonte, mas afinado com cada governo, e não extrapolando de um governo para outro.

**O SR. ARMINIO FRAGA** - Não cabe a mim decidir esse assunto. V.Exas. é que vão discutir o tema e tomar a melhor decisão para o País.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros. *(Pausa.)* Ausente.

Concederei a palavra ao Deputado Wellington Dias, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, antes, porém, vou insistir: Srs. Deputados, por favor, procurem manter-se dentro do tempo, porque a qualquer momento seremos chamados a plenário para votar e perderemos a possibilidade de participação de vários companheiros.

Com a palavra o Deputado Wellington Dias.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON DIAS** - Sr. Presidente, quero manifestar que esperava ter informações mais detalhadas.

Concordo com o Deputado Sérgio Miranda, quando falou sobre a importância da cobrança desse detalhamento, porque estamos falando de um custo do Banco Central da ordem de 41,9 bilhões, e isso se reflete nos caminhos, nos rumos deste País, a partir do Orçamento.

Na proposta de limites globais enviada pelo Executivo para o montante da dívida consolidada da União, dispõe o art. 1º que nas obrigações do Banco Central do Brasil somente serão incluídas na dívida consolidada da União as obrigações financeiras da autarquia decorrentes da emissão de títulos de sua responsabilidade de mercado.

A proposta desconsidera a base monetária, as reservas internacionais, como também qualquer outro ativo ou passivo do Banco Central. A questão é: como são registradas as obrigações assumidas junto a organismos



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

internacionais? São registradas como dívida do Tesouro ou do Banco Central? O Banco Central assume também outras obrigações de caráter contratual? Esses outros parceiros também não devem constar do montante da dívida consolidada da União?

Observo que a Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe sobre o assunto da seguinte forma: “Será incluída na dívida pública consolidada da União a relativa emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central”. Não significa, porém, que apenas essa parte da dívida do Banco Central deve constar da dívida consolidada da União.

Outro ponto que temos debatido entre nós é o conceito de impacto e custo fiscal e o que devemos esperar desta audiência. Nossas conclusões são no sentido de entender que impacto e custo fiscal das políticas monetária, cambial e, em certa medida, creditícia vão muito além do que refletem os balanços do Banco Central. Os conceitos da legislação são imprecisos, mas podemos avaliá-los a partir dos indicadores da economia e dos dados fiscais consolidados.

Faço as seguintes perguntas. Primeiro, a experiência de execução dessas políticas deixou-nos uma imensa fatura, representada por um vigoroso aumento da dívida pública e um insuficiente crescimento econômico para a nossa necessidade de emprego e renda. O que podemos esperar para que no futuro essa conta seja nula? Que medidas concretas estão sendo tomadas para transferir para o setor financeiro os custos fiscais de socorro a instituições de crédito em dificuldade, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal? Que



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

outras atividades, que importam em prejuízos quase fiscais para a autarquia, estão em vias de ser transferidas a outros setores do Governo? A partir de 2002, só o Tesouro Nacional, como V.Exa. lembrou, emitirá títulos para operações com mercado de controle da liquidez. Como estão avançados os entendimentos com o Tesouro para que haja os papéis adequados para a execução da política monetária?

E, por último, fazendo eco com todos que querem ver o nosso País crescer, tendo à frente a produção e o emprego, que cenário especificamente V.Sa. traça para a taxa de juros, tanto a Selic como aquela paga pelo setor privado não financeiro? Basta lembrar que V.Sa. falou sobre um pequeno soluço na taxa de juros, que representou cerca de 1,3 bilhões de custo.

Então, são essas as questões que gostaria de ouvir de V.Sa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Cintra) – Com a palavra o Sr. Presidente Arminio Fraga.

**O SR. ARMINIO FRAGA** - Obrigado, Deputado Wellington Dias. Vou procurar responder as perguntas que tenho condições de lembrar de cabeça. Creio que possa comentar praticamente tudo, mas peço a V.Exa. que me cobre, por favor, se deixar de abordar algo. Tentei anotar.

As obrigações assumidas junto a organismos e que fizeram parte importante do nosso balanço no período recente já foram praticamente pagas. Falta um pequeno empréstimo remanescente com o Fundo Monetário Internacional. Estão no nosso balanço, mas já não representam muito. Os demais





## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

recursos foram pagos. Não sei se V.Exa. estava aqui, mas, no ano passado, inclusive antecipamos uma parte do pagamento, porque aquilo nos custava bem mais do que as reservas nos rendiam e não havia mais necessidade de fazer uso da linha de crédito. Foi bastante econômico até pagar e pagamos. Não tenho conhecimento de nenhuma outra obrigação contratual que não os títulos. Posso estar equivocado, mas, que eu saiba, não é o caso — a conferir.

V.Exa. teceu depois várias considerações e perguntas sobre o impacto mais geral de políticas, mas me deu um roteiro de respostas a que vou procurar obedecer, sem repetir a coisa mais macro, que, a meu ver, nos apresenta uma trajetória de crescimento promissora.

V.Exa. mencionou os custos fiscais das operações de socorro bancário. Fizemos uma série de modificações, e a própria lei nos proíbe de assumir esse tipo de responsabilidade, a começar pela mudança na janela do redesconto do Banco Central, que não mais utiliza o mecanismo da assistência de liquidez. Temos hoje de volta o redesconto clássico, o que significa que emprestamos dinheiro contra garantias. Não aconteceu ainda, mas essa é a regra. Foi uma modificação de um ano e meio atrás, mais ou menos. Pouco tempo depois da nossa chegada, reintroduzimos o mecanismo clássico, que nos dá segurança. Do ponto de vista legal, o redesconto é importante, porque, se houver falência, o Banco Central fica com as garantias, ao contrário da assistência de liquidez, em que o Banco Central entra na fila e muitas vezes corre o risco de ter prejuízo.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Outras atividades que possam gerar prejuízos ou resultados, no fundo, têm a ver com a condução da política monetária e cambial. São ainda os chamados descasamentos que existem no nosso balanço, porque, no fundo, ou poderíamos perder dinheiro correndo risco de crédito, o que não podemos fazer, ou com o risco, vamos dizer, de preço, na medida em que posso ter reservas cambiais no ativo, títulos no passivo, e assim por diante. O balanço do Banco Central nos expõe a um certo risco sim, sempre, porque, por exemplo, a mera existência das reservas, se a taxa de câmbio se desvalorizar, gera um resultado, e se valorizar, gera resultado negativo. Mas são itens — não vou dizer previsíveis, porque ninguém consegue prever o futuro da taxa de câmbio — de acompanhamento muito fácil. É nossa intenção, como eu disse mais cedo, estruturar o nosso balanço de forma a minimizar esse tipo de surpresa com o tempo. Ainda não chegamos onde gostaríamos, mas estamos caminhando gradualmente nessa direção.

O momento em que deixaremos de emitir títulos vem sendo objeto de um planejamento bastante cuidadoso já há um bom tempo e foi objeto de uma medida provisória, há dois anos, que fez uma primeira consolidação do balanço do Banco Central. Temos no Orçamento deste ano planos de levar adiante esse projeto, caminhando na direção de um Banco Central mais simples, com um balanço mais simplificado. Será o caso quando pararmos de emitir títulos. Isso vai exigir algum ajuste no Banco Central, algum mecanismo de transferência para o Tesouro de ativos ou de algum tipo de empréstimo. Alguma forma de transição será



## **CONGRESSO NACIONAL**

### **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

implantada, e temos ainda alguns modelos em discussão, mas já bastante avançada, nessa direção.

Nenhuma dessas transferências tem impacto fiscal, mas eu diria ser apenas parte de um processo de reforma e de simplificação do Banco Central como parte de um processo mais amplo de transparência e responsabilidade fiscal.

Finalmente, V.Exa. fez a pergunta mais difícil, que é sobre o cenário para a taxa de juros. Não me posso arriscar a fazer previsões de curto prazo, sob pena de incorrer em erros desnecessários e causar turbulências desnecessárias à sociedade e aos mercados em geral. Vejo, sim — e isso falo sem medo —, que mantidos os fundamentos que temos hoje — e só depende de nós —, que têm sido reforçados por reformas aprovadas no Congresso Nacional, como o trabalho da Previdência — que ora se encontra na reta final das leis complementares —, mantida essa base fundamental para a nossa economia, não vejo nenhuma razão para o Brasil não caminhar para taxas de juros mais baixas em termos nominais e reais. Nominais, porque vamos continuar com uma trajetória de inflação em queda, de acordo com as nossas metas — vamos trabalhar para isso —, e reais, porque creio que um país que tem um superávit primário, tem um sistema financeiro sólido, que tem uma taxa de poupança crescente, que tem, no fundo, um perfil de balanço de pagamentos que não depende de capital de curto prazo, esse país justificaria uma taxa de juros real mais baixa com o decorrer do tempo, com toda a certeza. Tenho uma visão positiva nesse aspecto. Não gostaria de



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

confundir isso com o momento de curto prazo que vivemos. É mais difícil e arriscado fazer uma previsão. Mas a minha previsão de longo prazo é positiva.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON DIAS** - Gostaria só de ver sobre o que V.Sa. diz em relação a taxa de juros. Para sustentar essa taxa de câmbio mais baixa, quanto custou, quanto o Banco Central teve que colocar em dólares no mercado para sustentar essa taxa em 2.16? Analisando o relatório que V.Sa. fez, temos a impressão de que temos um conforto considerável, pelo menos nos aspectos positivos levantados aqui. Quando o Congresso Nacional deseja discutir, por exemplo, o reajuste numa tabela como a do Imposto de Renda, que estrangula especialmente a classe média, vem a pressão do Governo contra a sua aprovação.

Então, há uma incoerência, uma situação insensata. Na prática, estamos colocando, mais uma vez, a massa salarial, praticamente de nível médio, para bancar a política existente.

Gostaria de ouvir de V.Sa., quanto a essas condições apresentadas, que dificuldade teríamos para fazer um reajuste. Não é uma nova tabela, uma nova política. Aliás, o Deputado Ricardo Berzoini chegou a apresentar uma alternativa que, lamentavelmente, foi rejeitada. O que se deseja é apenas o reajuste de uma tabela existente, por uma inflação já ocorrida. Gostaria de ouvir V.Sa. sobre isso.

**O SR. ARMINIO FRAGA** - A questão do impacto das flutuações cambiais, a meu ver, tem que ser vista também dentro de um horizonte de tempo mais longo. A nossa dívida externa não vence amanhã, pois tem um prazo longo, e creio que



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

deva ser administrada dessa maneira. As flutuações também são de natureza transitória; às vezes vão para um lado, às vezes para outro. Há dois anos, a taxa de câmbio, depois de ter ido a 2.20, voltou a 1.60. Creio que temos que nos abstrair dessas flutuações, que são de natureza conjuntural, e ter uma visão de longo prazo.

Minha visão de longo prazo é que a única maneira de se ter uma economia com uma taxa de juros real baixa, que possa crescer sem inviabilizar o crédito do País, é persistir com o desenho que temos hoje: ter um superávit primário — temos projeções, para este ano, de 3% do PIB — e com isso conseguir reduzir a taxa de juros e o prêmio de risco que o País paga. O fato de as taxas de juros e de câmbio flutuarem no curto prazo, a meu ver, não nos deve assustar. O que temos são condições efetivas, se mantidas, de termos um futuro mais razoável.

Do ponto de vista orçamentário, a nossa visão é que o Banco Central deve-se estruturar para ter no futuro, a cada ano, resultados mais previsíveis, de maneira a não causar nenhum sobressalto para o planejamento fiscal e orçamentário do País. Estamos, de uma certa forma, agindo — eu diria — na linha que V.Exa. sugere, de retirar essa incerteza e permitir um desenho de política pública mais racional, mais transparente, mais previsível. No fundo, acho que essa é um pouco a visão. Não tenho nenhuma dúvida quanto ao desconforto que deve ser, para quem trabalha em orçamento, viver num ambiente de grande incerteza. O nosso objetivo justamente é procurar minimizar isso.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** - Sr. Presidente, Srs. Presidentes de Comissão, Sr. Presidente do Banco Central, o § 5º do art. 9 foi redigido por mim e os erros e acertos que por acaso contenha são meus. Parece-me que está havendo uma confusão sobre o assunto e eu gostaria de ler, para os meus companheiros e com V.Sa., o dispositivo, que diz que, no prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central apresentará, em reunião conjunta das Comissões temáticas do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto etc.

No espelho da palestra de V.Sa. o artigo é mencionado. Num **paper** que esta Comissão Mista fez o dispositivo também é mencionado. Então, acho que V.Sa. está aqui para cumprir este dispositivo. Então, vamos cumpri-lo. Parece-me simples. O Presidente do Banco Central vem aqui e diz: “No segundo semestre de 2000, a meta da política monetária era — vamos imaginar — o real ficar na paridade com o dólar”. Esta era a meta. E aí V.Sa. diria: “Atingimos a meta. O custo fiscal foi x desta meta. O impacto deste custo fiscal foi x sobre as demais políticas ou sobre determinados itens, sobre determinadas situações. A meta cambial foi que o real fosse y. Então, o custo desta seria 2 bilhões de reais, e assim por diante. Seria didático e faríamos uma reunião rápida e simples. V.Sa. se desincumbiria muito bem; que sei que V.Sa. tem esses dados e tem competência para expor, e nós, outros Deputados, não estaríamos divagando sobre assuntos que não interessam a esta reunião.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Cintra) - Qual é a questão de ordem, Deputado?

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** - Parece-me que as outras oportunidades em que V.Sa., Presidente do Banco Central, pode vir aqui estão elencadas num conjunto de outras leis e até da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas não é o desta reunião.

A minha questão de ordem é que voltemos ao ponto central, objetivo desta reunião. Em segundo lugar, quero sugerir a S.Sa., Presidente do Banco Central, que da próxima vez seja mais didático, conforme prescreve o dispositivo.

Não estou criticando, estou apenas tentando colocar ordem nos trabalhos e fazer com que não percamos tempo desnecessariamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Cintra) - Deputado Pedro Novais, o nosso convidado já se manifestou com relação a esse tema e acredita que esteja cumprindo o que diz a Lei de Responsabilidade Fiscal. Faço um apelo a todos os colegas para que, em suas arguições, possam evidentemente se ater ao tema relevante que estamos discutindo.

Passo a palavra ao Deputado Fernando Coruja, enfatizando que V.Exa. dispõe de três minutos para fazer sua arguição.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA** - Sr. Presidente da Comissão, Srs. Presidentes, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Arminio Fraga, Presidente do Banco Central, vou, rapidamente, falar sobre três pontos.



## **CONGRESSO NACIONAL**

### **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

O primeiro é que, na mesma linha do Deputado Sérgio Miranda, entendo que o Banco Central não está cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Aliás, acho que o Governo, em várias ocasiões, o Executivo Federal, em vários projetos que já mandou para cá, criando cargos e outros sem demonstrar a fonte, não cumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é tratada como sendo uma lei de Prefeitos, inclusive o Ministério do Planejamento fez um guia de orientação para as Prefeituras. Talvez fosse necessário fazer um guia de orientação para o Executivo Federal e para o Banco Central, porque senão se trata como sendo sempre algo das Prefeituras e, sinceramente, acho que não é.

O segundo ponto — rapidamente, também não vou entrar no debate — é que a responsabilidade fiscal acaba esquecendo o que foi levantado pelo Deputado Milton Temer, que o País precisa ter uma responsabilidade social também. Mas vou deter-me rapidamente para fazer a pergunta ao Presidente do Banco Central, Arminio Fraga, sobre a questão dos números.

O Dr. Arminio Fraga é otimista em relação à situação do País, como não poderia deixar de ser. Mas eu sou médico e não tenho muito conhecimento da macroeconomia. Verificando os próprios números que V.Sa. nos apresenta, há uma certa sensação, Dr. Arminio Fraga, que algo não está tão certo. Parece que há sinais de que não se vai conseguir cumprir a meta planejada para a inflação. A taxa de câmbio dá sinais evidentes de piora nos últimos tempos. A balança comercial não dá nenhum sinal de melhora; ao contrário, há sinais evidentes de piora. O investimento estrangeiro direto, que aumentou nos últimos dois anos, a





## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

perspectiva é que para os anos de 2003 e 2004 diminua e pode ser que não seja um fator importante na macroeconomia. A dívida líquida do setor público, no gráfico que V.Sa. apresenta, há sinais de melhora, é claro, porque o percentual tem caído, mas o gráfico demonstra apenas a evolução de 1999 para 2001. Em outros gráficos, a evolução é de 15, 20 anos. Sabemos que a dívida total do setor público, principalmente do Governo Federal, aumentou muito nos anos Fernando Henrique; é um percentual que no último ano dá um sinal de melhora, caindo percentualmente em relação ao PIB, mas me parece que houve a transformação de um problema, que era a inflação, e acabou agora sendo uma verdade metafísica, que a inflação era a causa de todos os males, e transformamos num outro problema grave, que é a dívida. O PIB **per capita**, apesar de o gráfico mostrar que houve uma evolução desde 1962, nos anos de Fernando Henrique, desde 1995, está estabilizado, quer dizer, há uma evolução em relação a 1962.

Então, pergunto ao Presidente Arminio Fraga, que, ressaltado, é uma das pessoas mais competentes deste Governo: o País, depois da sua entrada, muita coisa melhorou, dando sinais de otimismo, porque a economia é muito em função disso, mas será que podemos ter esse otimismo todo? O que vai acontecer, Presidente, já que temos de falar aqui em metas, com a balança comercial? O que vai acontecer com o câmbio? O investimento estrangeiro vai realmente cair nos próximos três, quatro anos? E essa dívida não é uma espada de Dâmoqueles que temos na cabeça? Será que temos alguma chance de solucionar o problema da dívida nos próximos anos ou vamos ter de trabalhar sempre com superávit



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

primários, com sacrifício social enorme para o povo brasileiro e vamos passar mais dez, quinze anos sacrificando e transferindo recursos da nossa produção para o setor financeiro, sem encarar a questão da grande responsabilidade social que nós, políticos, temos com o País?

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Cintra) – Tem a palavra o Sr. Arminio Fraga.

**O SR. ARMINIO FRAGA** – Obrigado, Deputado Fernando Coruja, pelos gentis comentários. Este livro azul, do BNDES, foi um trabalho, sem querer defender meus colegas, feito para as Prefeituras, mas a lei fala por si. Este é um belo trabalho, aliás, que o BNDES vem fazendo em cooperação com o Ministério do Planejamento para justamente ajudar as Prefeituras a melhorarem a sua gestão fiscal, um programa que tem, inclusive, apoio financeiro e tudo o mais.

V.Exa. aborda alguns pontos, uns de natureza conjuntural, outros, estrutural, que são vistos não só por V.Exa., mas por comuns, como sendo ainda dúvidas com relação ao nosso futuro. Creio que a observação é bem-vinda. Tenho uma visão positiva do longo prazo da nossa economia, mas tenho plena consciência de que vamos ter de lutar para chegar lá.

Dá-me um certo conforto perceber que a nossa economia está respondendo, quer dizer, o Brasil está crescendo, estamos alongando os nossos horizontes, investindo, e essa mudança de mentalidade é muito importante.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Estamos conseguindo sair daquele curto prazismo da hiperinflação e entrar numa visão mais de longo prazo.

Deputado, V.Exa. apontou duas questões e vou abordá-las de forma separada, embora tenham evidentemente relações quando se examina a situação por um ângulo mais geral, que são as questões do balanço de pagamento e a fiscal.

Creio que a questão fiscal seja a mais simples, pelo menos do ponto de vista teórico, pois diria que vive hoje, pela primeira vez, num bom tempo, num ambiente de estabilidade e previsibilidade **que** foi obtido, sim, à custa de um certo sacrifício, a produção de um superávit primário, mas que rendeu amplos resultados ao País. A alternativa de não ter feito este tipo de ajuste, a meu ver, teria sido uma crise profunda na nossa economia. E creio que pelo menos temos algum crescimento para mostrar e perspectivas positivas nessa área. O resultado é que com crescimento as receitas aumentam e os gastos, nos vários programas sociais, podem, devem e têm aumentado. Vejo, hoje, mais e mais o Orçamento como sendo uma peça social que o Congresso discute e decide para onde vão os recursos. É assim que deve ser.

Portanto, na área fiscal, creio que a trajetória de superávit primário é importante e deve ser preservada. A muito longo prazo, pode haver uma revisão, a economia norte-americana cresceu muito, a taxa de juros caiu muito, produziu uma abundância de recursos, e eles hoje estão em condições de reduzir impostos.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Creio que isso ainda é prematuro no nosso caso, mas se tudo der certo poderá acontecer.

Já o caso do balanço de pagamento, creio que tem relevância mais até conjuntural hoje. Apesar da minha visão positiva do futuro do País, alicerçada em tudo isso que temos discutido aqui brevemente, não tenho nenhuma ilusão quanto às dificuldades conjunturais que vivemos hoje, que têm, de fato, colocado alguma pressão sobre as principais variáveis macroeconômicas, é algo que temos de administrar. Isto é, uma economia que iniciou o ano com um crescimento muito forte vai chegar bem ao final do ano com crescimento bastante razoável dentro daquilo que havíamos previsto, menos do que parecia no início do ano, talvez, mas certamente algo positivo vamos obter.

Essa situação, num ambiente de desaceleração da economia internacional, de fato, impede uma melhoria mais acelerada. Não deveria dizer melhoria, porque o juízo de valor não é correto, uma redução mais acelerada do nosso déficit em conta corrente. Volto àquela pequena explanação que fiz mais cedo sobre as diferenças entre o nosso e, por exemplo, o caso mexicano de seis anos atrás. Estamos nos beneficiando desse déficit de conta corrente e aproveitando disso para aumentar a nossa taxa de investimento.

Na minha leitura, se olharmos um horizonte de cinco ou oito anos, espero que ocorra uma queda no déficit em conta corrente gradual e uma queda também gradual na entrada de investimento direto. Uma coisa mais ou menos compensando a outra sem grande sobressaltos. É isso o que eu espero.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Estamos sendo testados agora. O ambiente financeiro internacional é difícil, mas creio que estamos superando bem esse teste. Creio que o saldo comercial deve melhorar no correr dos nove meses que nos restam este ano. Uma parte da melhoria que vem, agora, no próximos meses, é de natureza sazonal, mas os sinais que temos de investimento e de produtividade todos apontam na direção dessa trajetória que apresentei aqui.

Portanto, separaria um pouco as questões conjunturais, que hoje, de fato, apertam o nossos calos, das questões estruturais que estão bem encaminhadas e têm como contrapartida um aumento na taxa de investimento no País, que é uma garantia de mais exportação, mais emprego, mais produção no futuro.

Reconheço que vivemos um momento difícil, mas acredito que temos condições de examinar e lidar com essas questões sem prejuízo de um futuro de longo prazo melhor.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) - Com a palavra o nobre Deputado Eujácio Simões.

**O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES** – Sr. Presidente da Comissão Mista de Orçamento, demais Presidentes das Comissões conjuntas, Dr. Fraga, na breve explanação com que V.Sa. nos brindou existe um capítulo da auditoria das demonstrações contábeis no balanço do Banco Central. Há um item em que a auditoria emitiu um parecer favorável, mas diz que não examinaram a adequação da provisão contabilizada para os créditos junto às instituições em liquidação.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Estabelece, também, a partir dessa constatação, que providências devem ser adotadas no sentido da contratação de uma auditoria independente para tal feito.

Gostaria de saber de V.Sa., com relação a essa questão das metas, o que se avançou ou o que se conseguiu com a liquidação dessas instituições. Temos conhecimento de instituições com seis anos de liquidação, inclusive foram beneficiadas com recursos do PROER, fala-se na cifra fantasiosa de 30 bilhões de reais, algo que não se tem conhecimento seguro e pleno, porque com relação à provisão tem a ver com o desempenho a ser efetivamente perseguido pela liquidação.

E temos também visto na grande imprensa nacional algumas afirmações de que quanto mais se demora na liquidação dos ativos dessas instituições o Banco está a perder ou pelo menos permitir que os antigos controladores ganhem vantagens financeiras, porque existe uma disparidade entre os custos financeiros dos empréstimos do PROER e realmente a valorização dos ativos.

Gostaria de saber de V.Sa. como está essa questão para que possamos tomar conhecimento. Era essa a minha única questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman ) – Concedo a palavra ao Dr. Arminio Fraga.

**O SR. ARMINIO FRAGA** – Obrigado, Deputado Eujácio Simões. V.Exa. mencionou a questão da nota da auditoria independente, que mencionei no início. Nas notas explicativas do nosso balanço, apresentamos uma resposta detalhada à manifestação dos auditores. Neste caso, a nossa visão é que vamos encomendar



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

auditorias independentes também, pelo menos para as massas mais importantes, para complementar a nossa própria auditoria.

Muito do que se tem nessas massas em liquidação é de fácil auditoria. São títulos FCVS, coisas assim. Por exemplo, nas três maiores liquidações esses títulos, ou algum caixa, representam algo em torno entre 80% e 90% dos ativos. Auditoria relativamente simples.

No passivo das instituições, aliás, não mencionei antes, temos tido uma postura bastante conservadora e temos registrado, a valor de face, os passivos trabalhistas e fiscais, que é uma postura conservadora, mas na prática sempre se contesta e o resultado pode ser menor. De qualquer maneira, isso é o que temos feito.

Um número específico, inclusive com a sua decomposição por bancos, está no balanço. E, de fato, o total de créditos contra instituições financeiras, em dezembro, chegava a 30 bilhões 627 milhões de reais, sendo que em uma nota à imprensa, que está sendo divulgada hoje, temos uma separação sobre o que seria o valor atualizado do PROER e o que seria o resto, a conta de reserva bancária.

V.Exa. tem absoluta razão na questão da demora. É uma das minhas muitas preocupações no Banco Central. Temos procurado fazer o possível para agilizar esse processo. Estou convencido de que em algum momento, num futuro próximo, teremos de discutir uma saída mais eficaz.

**Dentro** do conjunto de limitações que nos impõem, é difícil acelerar a coisa como ela merece. Creio que isso exigiria alguma revisão de natureza legal.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Estamos preparando propostas para encaminhar ao Congresso, espero, em algum momento ainda este ano.

Eu tinha uma impressão equivocada do processo. De fato, o passivo cresce à Taxa TR, mas se houver recursos para pagar o passivo inteiro, volta-se à taxa original. É apenas uma convenção, mas isso é o que diz a lei. Portanto, não há o benefício aparente que poderia existir. Se, por exemplo, uma determinada massa for suficiente para cobrir os recursos na taxa do PROER, volta-se aos contratos originais e procura-se cobri-los. Só nesse caso pode sobrar recurso, algo que me parece hoje não plausível.

No passado, tínhamos regras que faziam das liquidações, com alta inflação, um negócio proveitoso para os controladores ou ex-controladores. Não é mais o caso hoje. Se for possível pagar a TR integralmente, voltam as taxas originais e realmente fica difícil imaginar que se consiga cobrir toda a massa. Se conseguir as taxas originais, ótimo, tanto melhor, mas não é o que vai acontecer. Penso que praticamente em todos os casos, não sei de nenhum onde existe a possibilidade de se cobrir tudo com as taxas originais, sem prejuízo. Trata-se de um sistema lento e temos de revisar, sim. V.Exa. tem toda razão e estamos querendo trabalhar nessa direção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) - Com a palavra o Deputado Ricardo Berzoini.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** - Sr. Presidente, Deputado Alberto Goldman, demais Presidentes de Comissão, Presidente Arminio Fraga, o





## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sistema adotado a partir da crise cambial de 1999, câmbio com taxas flutuantes baseado em metas para a inflação, teve um desempenho bastante razoável no ano passado. Como estamos analisando de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o período anterior, mas projetando, evidentemente, essa avaliação para obter projeções futuras e analisar quais são as principais perspectivas, já estamos na metade do primeiro semestre de 2001, gostaria de ouvir de V.Sa. qual a avaliação que se faz do impacto dessa prolongada alta do câmbio em relação à questão da dívida do setor público, a parcela que está indexada ao câmbio, e também em relação à própria questão do impacto, porque tem a taxa de inflação.

Temos uma avaliação bastante objetiva de que o prolongamento dessa taxa, parece que não há sinais a curto prazo de que ela venha a arrefecer, pode significar efetivamente uma pressão de custos bastante acentuados em vários setores da economia.

Outro comentário que gostaria de ouvir de V.Sa. é em relação à própria questão do modelo econômico. Temos uma situação no Brasil, hoje, que chamo de “engessamento com limites”. É o fato de que a cada vez que a economia ameaça ter um crescimento mais acentuado, há um crescimento muito mais veloz das importações do que das exportações. Mesmo com o fenômeno EMBRAER, que é alvissareiro, porém, isolado, na verdade, nos últimos meses ocorreu a deterioração da situação comercial do Brasil. Isso, evidentemente, impacta a avaliação na política monetária, na política de crédito, na política cambial.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por último, uma velha polêmica nossa, a questão do crédito. Temos sempre uma polêmica bastante acentuada quanto à política do Banco Central em relação ao **spread** bancário.

Os balanços que os bancos publicaram recentemente demonstram que a situação de ganhos na intermediação financeira, sem falar das tarifas, continua muito acentuada. De certa forma, por mais que às vezes tente convencer-me de que a minha tese não é verdadeira, continuo entendendo que a rentabilidade dos bancos no Brasil é muito superior à média internacional. Gostaria de saber, até porque a política creditícia é parte dessa avaliação, qual é a perspectiva que o Banco Central assume para o próximo período, com esse solução da taxa SELIC, e também do **spread** que o gráfico demonstra, e também os mecanismos não-convencionais para atacar essa questão.

Estive recentemente com mais três Deputados da Comissão de Finanças e Tributação na Espanha e na Itália, onde observamos o sistema de crédito cooperativo e das Cajas de Ahorro, na Espanha, entidades fundacionais, não cooperativas, com papel fundamental no sistema de crédito espanhol e também as cooperativas de créditos da Espanha. Na Itália, os bancos populares e os bancos de crédito cooperativo.

Parece-me que lá existe um papel muito importante não de regulação desses setores, mas de concorrência capilarizada, ou seja, uma relação mutualística e associativa que, de certa forma, contingencia o tipo de concorrência que os bancos privados podem fazer, evidentemente, com muita competência,



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

supervisão bancária, para evitar problemas, mas que exercem, para as economias espanhola e italiana, papel fundamental. Gostaria de ouvir se podemos sonhar, no Brasil, com o Banco Central um dia não apenas permitindo como incentivando a constituição de cooperativas do tipo Luzatti, modelo de cooperativa que dá certo na Espanha, na Itália e na Alemanha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) - Se a Comissão me permitir, chamarei ainda os outros Deputados. Temos poucos presentes para encerrar as respostas do Dr. Arminio Fraga.

Deputado Salomão Gurgel. *(Pausa.)*

Deputado Edinho Bez. Ausente.

Estou vendo que os Deputados Darcísio Perondi e Gilmar Machado estão ausentes. O único presente é o Deputado Ivan Valente, a quem concedo a palavra.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Banco Central Arminio Fraga, tenho acompanhado muito esse debate sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e entendo que o Congresso Nacional a aprovou baseado na questão, bastante divulgada pela mídia, de que alguns Governantes, perdulários ou corruptos, arrombaram os cofres públicos. Surgiu, então, como se não houvesse antes, a necessidade de controle, fiscalização, etc.

A partir daí, fez-se uma lei de responsabilidade fiscal que, na minha opinião, tem como eixo central fazer superávit primário. Ou seja, a síntese da lei é essa. As



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

outras questões apenas enfeitam a lei. Superávit primário significa aumentar a receita e cortar despesa, e, como se verifica na própria lei, não há limite para pagamento de juros, mas há limite para gasto com pessoal.

Pensei também, em um outro momento, que a lei está criminalizando a gestão. Poucos Prefeitos estão numa grita geral, e o Ministro Martus Tavares disse à imprensa que os Prefeitos querem cumprir seu programa de campanha, suas promessas de campanha. Olha, não entendo que candidatos e agora Prefeitos não queiram cumprir o que prometeram na campanha. Eles têm de cumprir — só que não podem.

Reassumi o mandato agora, Presidente Arminio Fraga, e fui autor do Plano Nacional de Educação nesta Casa. Encabecei um Plano Nacional de Educação que foi sancionado no dia 9 de janeiro deste ano. Esse plano foi feito para 10 anos, é decenal. Nove artigos foram vetados pelo Sr. Presidente da República. Alega S.Exa. que em oito os vetos são justificados por contrariar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Um deles, para exemplificar, e peço a atenção de V.Exa., diz: “elevação na década, através do esforço conjunto da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, do percentual de gastos públicos em relação ao PIB aplicados em educação, para atingir o mínimo de 7% do PIB. Para tanto, os recursos devem ser ampliados anualmente à razão de 0,5% do PIB nos quatro primeiros anos do Plano, e 0,6% no quinto ano”.

Conclusão: o Presidente da República confessa, na justificativa ao veto, que quem fez os vetos foi a área econômica do Governo, não foi o MEC. Quem



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fez os vetos foi a área econômica! A justificativa está aqui: “Estabelecer-se, nos termos propostos, uma vinculação entre despesas públicas e PIB, a vigorar durante exercício subsequente, contraria o disposto na Lei Complementar 101/2000, por não indicar fonte de receita correspondente e não estar em conformidade com o PPA”. Saliente-se que a ampliação anual da despesa tal geraria despesa de 5 bilhões.

Quero entender, de todos os Presidentes aqui presentes, a seguinte lógica — sei que V.Exa. é um homem arguto, astuto, e entenderá o raciocínio que desenvolverei: o Congresso Nacional votou uma lei para 10 anos! O Congresso Nacional propôs-se planejar o futuro! Quando fizemos uma lei para 10 anos, imaginamos chegar a gastar 10% do PIB em educação. O Deputado Nelson Marchezan, que é do Governo, aceitou 7% do PIB. E, aí, a lei vem nos dizer que a Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe porque não está previsto no Orçamento do ano que vem, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no PPA, no Plano Plurianual.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) – O tempo de V.Exa. está esgotado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Só para concluir, Sr. Presidente, para verificar o raciocínio. Isso é impossível, porque se faço uma lei para três Governos, a Lei Orçamentária, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o PPA têm de se adequar a uma lei de 10 anos que o Congresso Nacional faz. Duvido que alguém conteste essa lógica! Como é que o Presidente pode apor um veto a uma proposta como essa, que sai do Congresso Nacional, baseado na única questão



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do imediatismo? A Lei de Responsabilidade Fiscal está aí para controlar o ajuste fiscal.

Por essa razão, quero ouvir a área econômica do Governo. Como é que ela justifica isso aqui? O Governo trilha a ilegalidade com uma proposta dessa, Presidente. Gostaria de ouvir S.Exa., que é da área econômica e também deve ter participado da feitura dessa lei. Espero que o Congresso Nacional derrube esses vetos porque atentam contra a soberania do Poder. Uma justificativa como essa é tão absurda que atenta contra a soberania do Poder!

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) – Apenas, antes da sua exposição... Pela ordem, Deputado.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade para pedir... Nosso companheiro saiu do tema da reunião, que se destina a examinar, juntamente com o Presidente do Banco Central, que apresentará à reunião conjunta das Comissões Temáticas do Congresso Nacional, a avaliação do cumprimento dos objetivos e das metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o curso das operações e os resultados demonstrados nos balanços.

Não tem nada a ver com responsabilidade fiscal o assunto que V.Exa. menciona. V.Exa. não leu a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque se tivesse



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

lido, a sua, que foi aprovada em fevereiro, não poderia ser, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal é uma lei complementar e anterior. Então, aquele dispositivo não poderia existir.

Realmente, o Presidente da República teve razão em vetá-lo. Sugiro ao Presidente que não permita que o Presidente do Banco Central...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - V.Exa. foi quem não entendeu...

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** - ... se envolva com esse assunto que está fora do objetivo da nossa reunião. E se formos assim não chegaremos a nenhum resultado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Isso aqui é impacto. Pela ordem, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) – Não, não. V.Exa...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Quero apenas explicitar que isso tem a ver com o tema, isso aqui é Lei de Responsabilidade Fiscal, isso aqui é impacto, sim, sobre a vida...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) – Nós estamos discutindo...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - ... econômica e da política econômica, isso é impacto, sim!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) – Deputado Ivan Valente...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Desde quando não é impacto?



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) – Deputado Ivan Valente...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Ele que não entendeu a pergunta!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) – Eu vou responder a questão de ordem do Deputado Pedro Novais, que tem razão. O objetivo da reunião é discutir os impactos das políticas monetária, creditícia e cambial sobre o custo fiscal.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sim, Sr. Presidente, é política monetária mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) - O que V.Exa. levantou não é matéria apropriada para a reunião de hoje. Infelizmente, V.Exa. não ouviu nem a abertura nem a apresentação do Dr. Arminio Fraga. No início da reunião foi dito claramente: ao interpelar o expositor, os Deputados poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição. V.Exa. fugiu do assunto. Portanto, não acredito nem que o Dr. Arminio Fraga tenha qualquer...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Peço que V.Exa. seja sensível aos argumentos e responda à pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) – Evidentemente, o Dr. Arminio Fraga terá liberdade de falar o que desejar, assim como V.Exa. também falou o que desejou. S.Exa. poderá dizer o que desejar.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Quero apenas dizer a V.Exa. que o tema é empático à política monetária. V.Exa., como Presidente, não quer discutir o





## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que ocorre com a política cambial, creditícia, monetária na área social. Isso é empático.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) – Deputado Ivan Valente, por favor, não me faça cortar a sua palavra, porque ficará muito desagradável.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Pois não.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, S.Exa. está discutindo a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas. Esse assunto que o Deputado levantou não tem nenhuma relação com os objetivos e as metas da política monetária, creditícia e cambial.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) – Está respondida a questão de ordem.

Com a palavra o Dr. Arminio Fraga.

**O SR. ARMINIO FRAGA** – Obrigado, Sr. Presidente.

Começo respondendo ao Deputado Ricardo Berzoini. Agradeço a S.Exa. as perguntas sempre pertinentes. Anotei quatro indagações. Se eu esquecer alguma, V.Exa. deve alertar-me, por favor: impacto sobre a dívida da variação cambial e impacto sobre a taxa de inflação. O impacto sobre a dívida é instantâneo. Ele pode ser calculado apenas... Sendo a dívida de longo prazo, diria que o impacto é diluído e menos relevante a curto prazo do que as considerações sobre a taxa de inflação.



## **CONGRESSO NACIONAL**

### **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

No último relatório de inflação abordamos a questão do chamado repasse cambial, dado que nos últimos três meses vivenciamos a depreciação da taxa de câmbio. A nossa leitura de tendência é que o grau de repasse vem caindo, o que nos tem beneficiado nesses tempos mais recentes. Contudo, fizemos questão de lançar um alerta, na medida em que a depreciação do início deste ano foi maior do que ao longo do ano passado, na medida em que isso ocorreu no momento em que a economia vem crescendo bastante. Estamos avaliando quase diariamente o processo.

Creio que este é um tema relevante. Foi o principal fator que gerou uma resposta de política monetária recente nossa. Creio, no entanto, que se trata de uma questão de natureza transitória. Portanto, entro na segunda questão, que tem a ver com a chamada elasticidade das importações, crescimento do PIB.

A elasticidade tem sido alta no curto prazo, mas não vejo nenhuma razão estrutural para que esse efeito se dilua com o tempo. Explico-me, falando menos economês. No curto prazo, com uma determinada capacidade de produção dada, quando a economia acelera, isso acaba vazando para a balança comercial. É isso o que temos verificado. Mas temos verificado também, felizmente, uma boa resposta de investimento nesses setores. A minha expectativa é de que vamos ter não só continuidade no processo de crescimento de exportações, o que temos visto, mas também vamos observar um saudável processo de substituição de importações, que vai responder ao que são boas oportunidades.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É algo que temos de acompanhar, naturalmente, mas não vejo, numa economia do porte da nossa — que é uma economia diversificada —, nenhum problema estrutural que me leve a ser pessimista. Os economistas gostam de usar a expressão “pessimismo de elasticidade”, que se aplica a algumas economias menores ou muito setorizadas. Não é o caso do Brasil. Creio que esse tema vai resolver-se por si só, auxiliado também pelo crescimento da produtividade.

Resumindo, creio que V.Exa. colocou o dedo num ponto importante no que diz respeito à conjuntura, que, a meu ver, é em boa parte algo que temos condições de administrar. Há também uma componente transitória importante, algo que, creio, passadas essas turbulências externas, vai dar-nos, inclusive, alguns passos de manobra.

Quanto à questão de tendência de médio prazo da balança comercial, observo que o Brasil, na década de 70, chegou a ter uma participação no comércio internacional de 2%. Hoje está um pouco acima de 1%. Temos condições de chegar lá.

Com relação aos ganhos dos bancos, eles tiveram um ano de lucro. O ano passado foi um ano muito bom para a economia, com crescimento. Estamos acompanhando muito de perto a evolução de cada produto, questões que, no fundo, são ligadas à concorrência. Sei que é uma preocupação conjunta nossa. Embora possamos discordar eventualmente sobre o que fazer, a preocupação é igual. A nossa resposta tem sido, de forma geral, procurar aumentar a concorrência através de mecanismos tanto de entrada de novos competidores —



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

daqueles que se qualificam, naturalmente —, quanto de procurar educar o cidadão, procurar fornecer-lhe mais informação, para que ele possa pesquisar melhor os produtos, possa sair do cheque especial e evitar esse tipo de problema.

Tem sido um processo, até o momento, positivo. Os resultados têm sido bons, embora tenha havido esse pequeno soluço, como V.Exa. disse, com relação ao aumento da SELIC, do **spread**, no último mês. Não tenho medo disso como uma reversão de tendência. Creio que a tendência vai continuar a ser de queda, tanto da SELIC, a médio e a curto prazo — procuro não comentar o tema, por razões naturais —, quanto do **spread**. Acho que o **spread** tem tudo para cair.

Temos vários projetos em andamento. Não vou repeti-los, trata-se de um tema que V.Exa. conhece melhor do que ninguém. Contudo, a concorrência, a meu ver, é um ponto importante. Supondo que tenhamos sucesso, no momento conveniente, do ponto de vista macro, em reduzir os compulsórios, trabalhar as questões tributárias, melhorar os instrumentos de crédito. Creio que os resultados vão surgir naturalmente. O setor tem tudo para ser competitivo. Cabe a nós e aos órgãos de concorrência acompanhar isso. Existem denúncias. Estamos sempre examinando-as, para que não surjam abusos.

Sou fã também dos mecanismos — não de todos — não convencionais que V.Exa. mencionou. Essa visita, soube que foi bastante proveitosa. Um funcionário nosso fez parte do grupo e preparou um excelente relatório, o qual tive oportunidade de ler recentemente. Não conheço a fundo os modelos de cooperativas espanhol e italiano, apenas li o relatório, mas parece ser um modelo



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

em que as cooperativas acabaram tendo um tratamento muito parecido com o dos bancos. Temos dado passos nessa direção aqui no Brasil.

A minha dúvida — que é mais conceitual, não se trata de algo religioso — esclareço a seguir. A cooperativa funciona bem quando preserva um certo aspecto cultural; o microcrédito também. Ou seja, para haver um microcrédito sustentável é preciso criar uma cultura de solidariedade, mas que gere também uma certa responsabilidade. A solidariedade implica não passar o ônus da sua dívida para o seu companheiro. Tem de haver isso, a não ser em situações de verdadeira emergência. É claro que as cooperativas podem transformar-se em bancos. Acho que temos procurado dar espaço para que isso ocorra. Não sei se isso resolve o problema. Quer dizer, no fundo, V.Exa. está falando do surgimento de bancos sem fins lucrativos. No fundo, seria isso que estamos falando.

Creio que é possível um acionista montar um banco e dizer que vai reciclar o seu lucro. A nossa preocupação, como fiscal do sistema, é, de fato, com a saúde financeira. Agora, como isso pode ser feito eu não sei muito bem, mas não há nada em princípio que impeça.

O modelo Luzzatti é um velho pleito do setor, foge dessa característica de solidariedade, de cultura, que é típica do setor das cooperativas. Mas estamos abertos, sim, para estudar outros mecanismos. Penso que o microcrédito é outra avenida bastante promissora.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI** – Sr. Presidente, apenas para fazer uma réplica de 30 segundos. Só queria não concordar com essa parte. O



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

modelo Luzzatti não foge da característica da solidariedade. Ele apenas, ao invés de delimitar a sua atuação por um setor profissional, um setor econômico, limita pela região onde se atua. No Brasil temos 13 cooperativas tipo Luzzatti, são pequenas. Temos a de Guarulhos, que conheço bem, e funcionam tão bem ou melhor que um banco, sem fins lucrativos. As pessoas não são acionistas, são cotistas. E quando entram, sabem que não estão entrando com seus pequenos capitais para ter retorno sobre eles. Elas sabem que estão entrando com seus pequenos capitais para ter crédito e serviço a um custo mais baixo do que os bancos oferecem.

**O SR. ARMINIO FRAGA** – Obrigado.

Com relação à manifestação do Deputado Ivan Valente, sem querer me aprofundar muito nos temas de natureza fiscal, até por não ser a minha especialidade — e respeito a posição do Deputado Pedro Novais — diria que tendo a concordar em que é importante um planejamento plurianual. Não tenho nenhuma dúvida quanto a isso. Como gestor público, enquanto administro o Banco Central, máquina, não agora pensando COPOM, mas naquilo que temos de executar como fiscais, como administradores dos meios circulantes, dos sistemas de pagamento etc., tento pensar de maneira plurianual. É importante porque ninguém faz investimento sem ter um horizonte plurianual. Acho que o PPA procura introduzir isso no Orçamento. Creio que faz sentido.

Também concordo com a importância de darmos prioridade para a educação. Creio que é um ponto inatacável. Procuo de maneira coerente, na



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

minha função, nas apresentações que faço pelo Brasil ou pelo exterior, sempre dar destaque ao que temos feito na área da educação. Onde não me arrisco a entrar na discussão é no sentido de como introduzir esse tema em um horizonte plurianual. Quer dizer, 10 anos, 7% do PIB. Aí foge um pouco...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Um aparte, Presidente. É que o plano de 10 anos é previsto na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases. Não é uma decisão dos Deputados. Ele está previsto na Constituição Federal, ou seja, um plano de 10 anos para a educação, e também na Lei de Diretrizes e Bases. Ele é decenal.

**O SR. ARMINIO FRAGA** – Eu não gostaria de entrar no mérito. Tentar avaliar se 7% é muito ou pouco, ou se 10 anos é muito ou pouco, sem prejuízo do veto que foi feito, creio tratar-se de um tema relevante. Tenho certeza absoluta de que o Governo concorda com a relevância do tema, a importância da educação. Acho que ninguém mais do que este Governo tem dedicado recursos e tempo para isso. Não tenho muito como avaliar a questão dos 10 anos **versus** 13. Aí, realmente, foge um pouco da minha competência.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** – Mas não tem nenhum gasto novo em educação. É isso que eu estava querendo passar para o senhor, que é da área econômica. É o seguinte: o Governo fez um plano para 10 anos, onde ele não aumenta um tostão a verba para a educação. Ele congelou a educação para os próximos 10 anos, inclusive para os governantes seguintes.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. ARMINIO FRAGA** – Aí, acho que é um ponto técnico. O Deputado Alberto Goldman pode falar sobre o tema. Tendo participado de todas as discussões do Orçamento, sabe o quanto o Governo tem procurado proteger a área da educação. Mas, aí, foge um pouco da minha alçada. Não sou nem especialista nem político. Vou pedir a V.Exa. que me dispense.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) – Muito bem, a lista de oradores completou-se. Antes de terminar, quero avisar aos Srs. Deputados que amanhã teremos uma reunião às 10 horas e o Dr. Fábio Barbosa estará aqui para fazer uma exposição sobre dívida em geral — dívida interna e dívida externa.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, antes do encerramento, gostaria apenas de agradecer ao nosso Presidente do Banco Central, Dr. Arminio Fraga, pela sua vinda ao Congresso Nacional, cumprindo exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Aliás, o Governo tem-se empenhado em dar o exemplo, não de ter patrocinado a lei, mas está dando o exemplo para o seu cumprimento.

Também quero parabenizá-lo como guardião do controle da inflação. Sabemos que na verdade essa é a grande conquista do povo brasileiro, ou seja, ter a sua moeda estável, sob controle, sem ter seus salários corroídos, sem prejudicar a nossa competitividade em âmbito internacional, a produtividade e





## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

todos os mecanismos que, por artifício da inflação, vieram a ser criados no País e que passam a fazer parte de um passado que não queremos lembrar.

Assim, quero parabenizar nosso Presidente do Banco Central que fez uma belíssima explanação, inclusive respondendo com tranqüilidade, critério e consistência os argumentos levantados aqui, competentemente também pela Oposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alberto Goldman) – Quero agradecer ao Dr. Arminio Fraga e também fazer uma pequena observação final sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na realidade, a questão superávit primário, trazida aqui como vinculada à lei, não se vincula à lei. A questão superávit primário, V.Exa., que é o Presidente do Banco Central pode imaginar. Se não tivéssemos nenhum superávit primário, se ele fosse zero, teríamos de rolar não só a nossa dívida, mas também os juros que se adicionam. E V.Exa. teria certamente problemas muito maiores para segurar o processo de inflação, o curso dos juros etc. O superávit primário não é necessário por outra razão a não ser para manter a economia estabilizada, para permitir que não se pressione a taxa de juros. Com uma taxa de juros já pressionada como está, imagine se não tivéssemos nenhum superávit primário?

Portanto, aproveito o momento para externar a minha posição aqui a respeito disso. É uma necessidade fundamental: que tenhamos superávit para pagarmos uma parte dos juros que devemos. Não pagamos todo o valor, mas uma parte pagamos e pressionamos um pouco menos a taxa de juros para cima, o que,



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sem dúvida, facilita um pouquinho mais a obtenção das metas, cuja responsabilidade é do Presidente do Banco Central.

Meus cumprimentos, Presidente Arminio Fraga.

Quero também agradecer e cumprimentar os Presidentes das diversas Comissões que se mantiveram até agora, e mesmo aqueles que tiveram de sair; o Deputado Wellington Dias, o Deputado Marcos Cintra, os Presidentes das Comissões e demais Deputados aqui presentes.

Mais uma vez quero lembrá-los que amanhã, às 10h, teremos esse debate e, às 12h, teremos a continuidade de uma sessão ordinária, na qual precisamos votar várias matérias. Assim, peço aos Deputados e Senadores que estejam presentes, para que tenhamos **quorum** para votar.

Está encerrada a presente reunião.